

**SECRETARIA DE PORTOS-SEP
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN
Autoridade Portuária
CNPJ 34.040.345/0001-90**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2010**

NATAL – RN

DEZEMBRO/2010

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS-SEP
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN
Autoridade Portuária
CNPJ 34.040.345/0001-90**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010.

**NATAL – RN
DEZEMBRO/2010**

SUMÁRIO

PÁGINAS

1.	Introdução	05
2.	Apresentação	07
3.	Informações de Identificação da Unidade Jurisdicionada	09
4.	Planejamento, Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade	10
4.1	Responsabilidades Institucionais da Unidade	10
4.1.1	Competência Institucional	10
4.1.2	Objetivos Estratégicos	10
4.1.3	Estratégia de atuação frente a responsabilidades institucionais	10
	Infra Estrutura e Gestão Portuária	10
	Gestão Empresarial e de Pessoas	11
	Porto de Natal	13
	Terminal Salineiro de Areia Branca	13
4.2	Programas do Governo sob a responsabilidade da unidade (Ação, Execução da Ação e Resultado Alcançado)	14
	Quadros de Execução Física e Financeira das ações realizadas pela CODERN	15
4.3	Ações do Programa – Gestão das Ações	16
4.4	Programa de Dispêndios Globais – PDG	24
	Receita Operacional	24
	Receita não Operacional	25
4.5	Indicadores de desempenho Institucionais	26
	Receita Operacional por Tonelada	27
	Custo Operacional por Tonelada	28
	Custo Operacional por Empregado	28
	Comprometimento das Despesas com Pessoal	29
4.6	Análise Econômica Financeira - Indicadores Econômico Financeiros	30
4.7	Informações sobre Recursos Humanos	31
4.8	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei n. 8730/1993, relacionada à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas	36
4.9	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	38
4.10	Gestão do Patrimônio Imobiliário	40
4.11	Gestão da Tecnologia da Informação	42
4.12	Providências adotadas para atender o TCU	43
4.13	Recomendações da Ciset	48
4.14	Informações sobre o tratamento das recomendações pela Unidade de Controle Interno, apresentando justificativas para caso de não acatamento.	49
4.15	Composição Acionária do Capital Social	50
4.16	Remuneração dos Conselhos e dos Administradores	51
4.17	Informações sobre Entidade Fechada de Previdência Complementar	55

5. ANEXOS

5.1 Documentações Contábeis e Financeiras

5.2 Parecer dos Auditores Independentes

5.3 Deliberação do Conselho de Administração

5.4 Parecer do Conselho Fiscal

5.5 Declaração da Secretaria de Órgãos Colegiados

1. INTRODUÇÃO

Os procedimentos adotados para a elaboração deste Relatório de Gestão estão de acordo com a Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 11.638/2007, de 28/12/2007, e pela Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009, que regem as sociedades por ações e demais legislações pertinentes, observando-se ainda as determinações constantes da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 01 de setembro de 2010 e as Decisões Normativas TCU nº 107/2010, de 27 de outubro de 2010, e nº 102/2009 TCU de 02 de dezembro de 2009, e a Portaria TCU nº 277/2010.

O presente Relatório tem por objetivo apresentar as principais ações desenvolvidas e os resultados alcançados no decorrer do exercício de 2010 pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, que administra o Porto de Natal, o Terminal Salineiro de Areia Branca e o Porto de Maceió, este mediante convênio com a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP.

Com base nas recomendações dos instrumentos normativos referidos, apresentamos os itens da DN TCU nº 107/2010, Anexo II, que não se aplicam à natureza da CODERN, em face da Companhia não receber recursos do Orçamento Fiscal e Seguridade Social e não ser usuária do Sistema Integrado de Administração Financeira- SIAFI, nos termos da legislação específica. Informamos, no entanto, que a CODERN recebe recursos para investimentos via SIAFI, utilizados apenas para pagamento dos investimentos e das demandas trabalhistas, mediante transferência para a conta corrente da Companhia para honrarmos os compromissos financeiros com os prestadores de serviços:

Parte A, item 3, do anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010.

A CODERN não apresentou as informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos por não receber recursos do Orçamento Fiscal e Seguridade Social e não ser usuária do Sistema Integrado de Administração Financeira- SIAFI, nos termos da legislação específica.

Parte A, item 4, do anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010.

A CODERN não apresentou as informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores pelas mesmas razões acima relatadas.

Parte A, item 6, do anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010.

A CODERN não realizou transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres vigentes em 2010.

Parte A, item 7, do anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010.

Em razão do explicitado no item acima, não é necessário à CODERN apresentar a Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Parte A, item 13, do anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010

Não aplicável à CODERN informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal, observando-se as disposições dos Decretos n.ºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

Parte A, item 14, do anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010

Não aplicável à CODERN informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

2. APRESENTAÇÃO

Os portos do Rio Grande do Norte e de Alagoas têm recebido investimentos nos últimos anos a amparar projetos, que elaborados na CODERN e demonstrada a inteira viabilidade técnica, econômica e ambiental, obtiveram o respaldo da Secretaria de Portos da Presidência da República.

Destacamos que o Porto de Natal continuou em permanente crescimento em 2010, passando por transformações profundas, como a pavimentação completa das vias internas e de seus pátios a partir do reforço da sua sub base, a ampliação das subestações de energia com a implantação de geradores e embutimento das redes de energia, telefonia e de fibra ótica, além de melhorias nas redes de abastecimento de água, de segurança e implantação de sistema de combate a incêndio. Registre-se que o Porto de Natal está tendo seu calado ampliado de 10m para 12,5m, através de uma dragagem de aprofundamento do canal de acesso, ai incluída sua bacia de evolução. Essa obra, realizada pela Secretaria de Portos – SEP dentro do Programa Nacional de Dragagem – PND, irá modernizar ainda mais o setor portuário do Estado do Rio Grande do Norte, melhorando as condições de navegabilidade do estuário do Rio Potengi e beneficiando toda a economia do estado do Rio Grande do Norte.

Enfatizamos a continuidade da importante obra de ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca, iniciada no final de 2009, que, à exemplo de todas as obras realizadas nesta empresa, está sendo objeto de criterioso acompanhamento, tanto operacional como financeiro, objetivando a completa observância das exigências técnicas e dos termos contratuais. Na contínua recuperação de equipamentos, destacamos as obras no carregador de navios, no “drive house” e no “turn table”, assim como a reforma das instalações administrativas compreendida de alojamentos, refeitório, enfermaria e salas de apoio. São obras para conclusão em 2011, conforme previsto em contratos.

O Porto de Maceió, em 2010, deu continuidade a importante obra do cais de contêiner com previsão para conclusão no início de 2011. Foram ai continuados os serviços de consultoria para o projeto de aumento de profundidade do porto para 14 metros.

Na tocante a obras e projetos, a CODERN, em 2010, evoluiu significativamente com o apoio fundamental da SEP.

Quanto ao desempenho operacional que reflete nas receitas da CODERN, registramos que os portos administrados pela Companhia operacionalizaram mais de 4,8 milhões de toneladas de produtos, crescendo 1,14% em relação ao ano anterior, acompanhando, assim, mesmo que em pequeno montante, a retomada das vendas externas brasileiras e a recuperação da economia nacional, após a crise econômica global de 2009.

O Porto de Natal, em 2010, movimentou 301 mil toneladas, apresentando crescimento de 9,6% em relação a 2009 e apontando um crescimento a ser continuado em 2011; O movimento de embarque de sal a granel pelo Terminal Salineiro de Areia Branca, em 2010, foi de 1.605.450 de toneladas, menor que 2009, e o Porto de Maceió, que mais apresentou crescimento, registrou 2,9 milhões de toneladas, crescendo 7,28% comparativamente a 2009.

Os portos da CODERN vêm atendendo as demandas econômicas e sociais do Rio Grande do Norte e de Alagoas, exercendo o papel de agente logístico para o desenvolvimento econômico e cumprindo as diretrizes do Governo Federal por meio da SEP.

A CODERN, cumprindo a Política Nacional de Revitalização e Modernização Portuária proposta pela SEP, continuará em 2011 investindo em infraestrutura portuária e no seu processo de gestão.

Para o Porto de Natal planeja a elaboração do projeto executivo para construção de um Terminal Marítimo de Passageiros, já inserido no PAC da Copa 2014, que dotará a cidade de condições adequadas para receber os navios de cruzeiro; assim como a ampliação do berço 3 em 220 metros e respectiva retroárea. Almeja-se também a conclusão das ações governamentais para liberação e incorporação de área da Comunidade do Maruim para dar sustentação às demandas por espaço de armazenagem e de atracação de navios em face da diversificação de cargas do porto. Vislumbra-se ainda o estudo de projeto para a construção de um porto na margem esquerda do Porto de Natal a atender às demandas econômicas do Rio Grande do Norte, sobretudo, para o setor mineral e de energia eólica em plena expansão no Estado.

Para o Terminal Salineiro de Areia Branca acontecerá a conclusão das obras de ampliação que atenderão a demanda de escoamento de sal pelos próximos trinta anos e os projetos para dragagem do canal de acesso ao Porto Ilha nivelando-o na profundidade de 17,0 metros e os estudos para a dragagem dos estuários que dão acesso às salinas. São obras fundamentais a garantir o abastecimento de sal à indústria cloro-química brasileira.

O Porto de Maceió prevê para o próximo exercício a conclusão das ações transcorridas em 2010, principalmente, da conclusão do cais de contêiner. Permanece ainda com os esforços objetivando a disponibilidade de mais um berço no Terminal de Granéis Líquido, após dragagem, bem como as adequações estruturais dos cais existentes e dragagem destes para a cota de 14 metros.

Senhores Acionistas, eis aqui elencadas as principais ações estratégicas e resultados da CODERN ocorridos em 2010. Reafirmamos o compromisso de, sob as diretrizes da SEP, atender às necessidades dos Estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas, que são crescentes, mas a CODERN está amplamente habilitada com a elaboração permanente de projetos com olhos fitos no futuro para atendê-las e impulsionar a economia desses dois estados de maneira cada vez mais decisiva. Somente assim estaremos impulsionando o comércio internacional do país, numa demonstração de alinhamento às políticas públicas para esse setor econômico tão primordial para o desenvolvimento do Brasil.

Agradecemos a confiança de nossos clientes e usuários em nosso trabalho à frente da CODERN, trazendo os produtos de seus centros de produção até nossos portos com ganhos em logística de transporte terrestre e possibilitando, assim, maior competitividade às suas empresas no mercado internacional.

Na oportunidade, reconhecemos e agradecemos a fundamental colaboração de todos os empregados que fazem a CODERN atingir seus objetivos; a expressiva interação com os sindicatos da classe portuária, com o Órgão Gestor de Mão de Obra, com as entidades intervenientes na operacionalidade de nossos portos e, principalmente, do apoio e credibilidade dos Conselhos de Administração e Fiscal em nossa gestão sempre pautada no espírito público de atender aos anseios econômicos e sociais da sociedade para quem atuamos.

Reconhecemos também o imprescindível apoio da Secretaria de Portos na garantia da aprovação dos projetos e recursos primordiais para o alcance desses resultados e para prosseguimentos das obras de modernização das unidades administradas pela CODERN - Porto de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e Porto de Maceió.

3. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Presidência da República			
Órgão de Vinculação: Secretaria de Portos – SEP			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN			
Denominação abreviada: CODERN			
Código SIORG:	Código LOA: 20.212	Código SIAFI:	
Situação: Em funcionamento			
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista			
Principal Atividade: Armazenamento e Atividades Auxiliares dos Transportes			Código CNAE: 52
Telefones/Fax de contato:	Tel. (84) 4005-5311	FAX (84) 4005-5320	
E-mail: dpresidente@codern.com.br			
Página na Internet: www.codern.com.br			
Endereço Postal: Av. Engº Hildebrando de Góis, Nº 220- CEP 59.010-700 - Ribeira–Natal–RN			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Ata de Constituição e Estatuto Social aprovado pelo Decreto Nº 66.154, de 29/01/1970, publicado no D.O.U. de 03/02/1970.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto Social, Regimento Interno, Manual de Estrutura Organizacional e Plano de Cargos, Carreira e Salários.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ; Regulamentos de Operação e de Atracação; Tarifa Portuária			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Unidade Gestora 396005		Gestão 39815	

4. PLANEJAMENTO, GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As informações abaixo referentes a planejamento, gestão orçamentária e financeira incluem dados sobre a responsabilidade, competência, objetivos estratégicos, estratégias de atuação, planos e programas sobre responsabilidade da CODERN. Este item inclui, ainda, informações sobre atingimento de metas físicas e financeiras, desempenho operacional e indicadores e análise do desempenho.

4.1 Responsabilidades institucionais da unidade

4.1.1. Competência Institucional

A CODERN tem por objetivo social realizar, em harmonia com os planos e programas da Secretaria de Portos da Presidência da República, a administração e a exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio Grande do Norte sob sua jurisdição e responsabilidade e demais funções inerentes ao exercício da autoridade portuária nos termos da Lei Federal nº 8.630 de 25 de fevereiro de 1993.

Além do objeto social acima, a CODERN poderá realizar a administração e exploração comercial de portos organizados e instalações portuárias localizadas em outros Estados, bem como administrar vias navegáveis interiores, por delegação do Governo Federal, mediante assinatura de convênios. A CODERN é responsável pela da Administração do Porto de Maceió.

4.1.2. Objetivos estratégicos

Dotar os portos administrados pela CODERN de obras de infraestrutura marítima e terrestre de forma a poder atender a demanda dos clientes exportadores e importadores e dos usuários, contribuindo para o escoamento da produção na Região e fortalecendo dessa maneira a economia dos Estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas e do Brasil.

4.1.3 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A CODERN, inserida na Política Nacional de Revitalização e Modernização Portuária proposta pela Secretaria Portos do Governo Federal, traçou para o ano de 2010 estratégias de capacitação da gestão empresarial e de expansão de infraestrutura. A retomada do crescimento econômico do país, após forte crise na economia internacional no final de 2008 com reflexos em 2009, exigiu ações que pudessem assegurar a melhoria dos portos administrados – Natal, Areia Branca e Maceió - objetivando ser agente garantidor do crescimento dos estados onde atua.

Tecemos a seguir as principais ações que foram realizadas pela CODERN:

Infra-estrutura e Gestão Portuária

Foram concluídos e aprovados pelo CAP os Planos de Zoneamento e Desenvolvimento do Porto de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca de conformidade com Portaria nº 414, de 31/12/2009, da Secretaria de Portos – SEP. O porto de Maceió contratou empresa de consultoria para elaboração do seu PDZ.

Foi realizado estudo de revisão com reestruturação tarifária para os portos de Natal e de Areia Branca, sendo aprovado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ para vigência em 2011, após homologação do CAP. A necessidade desse estudo foi em função da elevação dos custos operacionais, tais como mão de obra, combustíveis, serviços de terceiros e concessionárias de serviços públicos. O Porto de Maceió encaminhou também estudo de realinhamento tarifário, aguardando ainda pronunciamento da agência reguladora.

Foi construída uma guarita para portão central do Porto de Natal ampliando os acessos das cargas ao porto de Natal; reforma do alojamento do pessoal operacional da linha de frente e a continuidade das melhorias de infraestrutura para o ISPS CODE.

No Terminal Salineiro de Areia Branca foi dada continuidade à obra de ampliação finalizando 2010 com 50% do volume contratado; a recuperação dos equipamentos carregador de navios, “drive house” e “turn table” atingiram 75% de realização e as obras de reforma das instalações administrativas consistindo de alojamentos, refeitório, enfermaria e salas de apoio com 50%. São obras fundamentais para o Terminal Salineiro que estão dentro do fluxo normal dos contratos e prazos firmados, estando concluídas no próximo ano, dando maior vigor operacional para as próximas décadas. Foi concluída a construção de um galpão para guardar tratores e pás mecânicas, que não existia no Terminal, dando, assim, maior segurança e vida útil a esses equipamentos. Acrescenta-se a aquisição de novos equipamentos para o manuseio do sal.

A CODERN promoveu ações estratégicas para o Terminal Salineiro de Areia Branca, que funciona como uma extensão das salinas do Rio Grande do Norte. Intermediou junto aos atores envolvidos salineiros, ABERSAL, transportadores de sal, Governo do Estado, Federação das Indústrias a sustentabilidade o setor, conseguindo a Resolução da ANTAQ que regulamentou o transporte de sal das salinas para o terminal, através das barcaças, como uma atividade de apoio portuário. Decisão diferente a esta, colocaria em risco toda a atividade do sal do Estado dada às particularidades dessa operação e comprometeria a sobrevivência do terminal.

O porto de Maceió, dentro do escopo da Resolução nº 055-ANTAQ, está em andamento os processos para arrendamentos das áreas ocupadas pela EMPAT, PETROBRAS e TRANSPETRO.

Gestão Empresarial e de Pessoas

Implantação da unidade administrativa de Coordenadoria de Informática na Sede da CODERN para agilizar o processo de modernização de tecnologia de informação, principalmente, para continuidade do ISPS CODE nos portos de Natal e de Areia Branca.

Implantação da Coordenadoria de Meio Ambiente, atendendo Portaria da Secretaria de Portos, mas, sobretudo, dando maior sistematização às ações de gestão ambiental para assegurar atividade portuária sustentável. Ressalta-se que a coordenação atuou com bastante ênfase nos processos de licenciamento ambiental para as obras estruturantes que a companhia está realizando, mesmo com limitação de seu quadro de pessoal, prejudicado pelas condições financeiras da companhia.

Melhoria do ambiente de trabalho resultantes da recuperação da cobertura e das instalações físicas da área administrativa incluindo obras de acessibilidade.

Ampliação dos benefícios aos empregados concedendo incentivo à educação e a conquista de plano odontológico formalizado no Acordo Coletivo de Trabalho da categoria portuária e assinado contrato com a prestadora desse serviço em 31/12/2010, fruto de diálogos constantes com o sindicato da categoria portuária formalizados em Acordo Coletivo.

A melhoria da capacitação do corpo funcional com a participação em cursos promovidos pela Secretaria de Portos, via teleconferência, sobre Políticas Públicas e Gestão

Portuária, como também patrocinados pela Fundação de Estudos do Mar FEMAR - nas áreas de gestão, meio ambiente e operação. Registramos a valiosa contribuição desses órgãos para elevação de nível profissional dos portuários da CODERN, diante do contexto de limitações financeiras da companhia. Mesmo com esse cenário, a CODERN se esforçou para proporcionar os treinamentos pontuais necessários às atualizações nas áreas de pessoal e financeira.

Complementando a política de gestão de pessoas e, principalmente, no tocante à melhoria do clima organizacional, a CODERN iniciou em 2010 processo licitatório para reestruturação do Plano de Cargos e Salários, tão almejado pela categoria face às distorções funcionais e salariais que se refletem na rotatividade de pessoal e no desempenho funcional.

Em paralelo, a companhia iniciou o processo de diagnóstico organizacional visando elevar o nível de gestão. Tal ação, que será concluída em 2011, somente foi possível pela valiosa colaboração da SEP em parceria com o SENAI de Santa Catarina, que está realizando esse trabalho.

Destacamos as principais atividades realizadas na área jurídica da CODERN no tocante a resultados, prevenções e processos:

- Redução considerável de bloqueios nas contas correntes da empresa, decretados, principalmente, pela justiça do trabalho, advindos de processos antigos, de 1990-2000. O fator determinante para a diminuição foi a realização dos acordos nos quais foram obtidas reduções nas execuções, sendo em 2010 obtida uma economia de R\$ 163.055,43, com 11 (onze) acordos. Além de redução de bloqueios, foi obtida a liberação de alguns valores aprisionados, por meio de Alvarás, perfazendo um total de R\$ 116.737,13.
- A CODERN obteve sucesso em decisão tomada no Tribunal Federal da 5ª Região, em que se discutia a validade da cláusula do Convênio firmado entre a União e o Estado da Paraíba, na qual Companhia Docas da Paraíba, assumiu, como sucessora, os contratos de trabalho lotados naquele estado advindos da CODERN -Administração do Porto de Cabedelo. O TRF5 julgou pelo provimento da Apelação da CODERN, declarado válida essa cláusula, sendo tal decisão de suma importância para essa empresa, pois será usada como argumento em nossas defesas, perante órgãos judiciais e administrativos.
- Foram realizados acordos com a Fazenda Pública Municipal/Procuradoria nos quais foram reduzidos os juros e multas em 90%, significando uma economia para CODERN de R\$ 282.967,55, em cinco processos.
- Apesar das dificuldades apresentadas, observa-se que se tem reduzido o número de demandas novas, nas quais, muitas a CODERN têm saído vencedora, e despendido esforços para evitar bloqueios, como também, liberar os valores aprisionados.

Na esfera comercial, é importante ressaltar as ações continuadas de atendimentos a empresários interessados nos serviços e na infraestrutura portuária para complementação de estudos logísticos de suas empresas. Vislumbra-se a captação de novos negócios para a CODERN no segmento de equipamentos eólicos e no setor mineral.

A CODERN melhorou o atendimento de forma compatível com as necessidades de seus clientes, atuando nas especificidades das cargas de cada um dos seus portos administrados, garantindo qualidade no uso dos serviços e da infraestrutura portuária.

Reforçou o relacionamento com os setores econômico e de turismo dos governos estadual e municipal, com as entidades de classes do comércio e da indústria, com armadores e agentes do comércio internacional, além do contínuo diálogo com os sindicatos da classe portuária.

Manteve-se, como em anos anteriores, a participação em feiras, seminários e eventos sobre logística de transportes e direcionados ao seu segmento econômico, divulgando suas facilidades e seus projetos de expansão e reafirmando a estratégia com o desenvolvimento sócio-econômico dos Estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas e do país.

Dessa forma, a CODERN vem realizando investimentos em infraestrutura nos portos de Natal, Areia Branca e Maceió, com o apoio fundamental da Secretaria de Portos, para garantir condições operacionais para a atração de novas linhas de navegação e de clientes exportadores visando melhorar os indicadores de resultados da Companhia.

O plano de ação contemplou os seguintes itens:

Porto de Natal

- Pavimentação das vias internas de circulação e dos pátios de armazenagem.
- Construção das fundações e instalação de 02 balanças rodoviárias.
- Recuperação da cobertura e das instalações físicas do edifício sede da CODERN.
- Complementação da pavimentação do pátio norte.
- Contratação de empresa para construção da guarita de acesso pelo portão central, adequação da sala do servidor do ISPS CODE e serviço de embutimento do alimentador da subestação SE-01.
- Reforma do alojamento do Setor de Operações e adequação de edifício sede da CODERN no que tange a acessibilidade de PPNE.
- Contratação de empresa para ampliação dos sistemas de ISPS-CODE no Porto de Natal e TERSAB para fornecimento e instalação de materiais – lotes 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 13, 14, 16, 17, 18 e 22.
- Instalação de concertina e reforço da estrutura do muro da retro-área externa do porto para adequação ao Sistema de ISPS-CODE.
- Obras de dragagem e derrocagem do Rio Potengi para a profundidade de -12,50m DHN e a ampliação da bacia de evolução.

Terminal Salineiro de Areia Branca

- Aquisição de uma Pá mecânica.
- Aquisição de 02 Tratores de Esteiras.
- Ampliação da Ilha Artificial para estocagem de sal a granel, do cais de barcaças; instalação de 01 (um) descarregador de barcaças; potencialização dos transportadores de correia e utilidades.
- Execução das obras de reforma e ampliação das instalações administrativas.
- Serviços de recuperação do carregador de navios (CN), torre de transferência (Drive House) e mesa de rotação (Turn Table).
- Aquisição de 02 (Duas) plataformas elevatórias autopropelidas tipo tesoura com altura máxima de trabalho de aproximadamente 11,50m metros para manutenção do conjunto de câmeras do sistema de segurança ISPS-CODE nas instalações de terra e de alto mar.
- Aquisição, instalação e montagem de galpão em chapa de aço tipo galvalume e construção de piso de concreto armado.

4.2. Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:

Programa 1459 – Vetor Logístico Nordeste Setentrional

O Vetor Logístico Nordeste Setentrional abrange o sistema multimodal de transportes dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e o nordeste da Bahia. O programa inclui ações que reduzirão o custo do transporte de cargas, melhorarão o acesso de insumos e a competitividade dos produtos na região, tanto no mercado interno e no mercado externo, além de apoiar a infraestrutura turística.

Os recursos orçamentários previstos neste programa foram no montante de R\$ 165.330.234 (cento e cinco milhões, trezentos e trinta mil, duzentos e noventa e trinta e quatro reais), conforme quadro abaixo:

RECURSOS DE INVESTIMENTOS DO PROG. VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL		
Origem	Fonte	Valor aprovado R\$
Tesouro Nacional	Dotação Ordinária	77.912.138
	Saldo de Exercício Anterior	86.634.296
CODERN	Recurso Próprio	783.800
Total		165.330.234

Do valor aprovado para o exercício de 2010, como dotação ordinária, foram repassados para a CODERN somente R\$ 27.300 mil em 16/11/2010, relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento–PAC, correspondente a 35,04 % do valor aprovado da dotação ordinária, restando um saldo não recebido de R\$ 50.612 mil, que representa 64,96 %

Desse montante aprovado, foi realizado o valor abaixo demonstrado:

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
	165.330.234		89.735.940		54,8

Ressaltamos que o índice realizado de 54,8 % refere-se ao valor aprovado de R\$ 165,3 milhões. Se excluirmos deste valor o total de R\$ 50,6 milhões que não foram recebidos, teríamos como recursos disponíveis o valor líquido de R\$ 114,7 milhões e comparando-se o realizado de R\$ 89,7 milhões o citado índice de realização seria de 78,2 % e não 54,8 % como apresentado.

Dados do Programa 1459 – Vetor Logístico Nordeste Setentrional

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas
Objetivos específicos	Recuperação e melhoria da infra-estrutura portuária.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos-SEP
Público-alvo (beneficiários)	Usuário de transportes nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

QUADRO A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela CODERN

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
26	784	1459	6504	P	3	Unidade	0,0	0,0	6,0
26	784	1459	2D18	A	3		0,0	0,0	0,0
26	784	1459	10IO	P	3		0,0	0,0	100
26	784	1459	10VP	P	3	Percent.	67,0	7,6	59,0
26	784	1459	10VV	P	3	Percent.	62,0	22,1	36,0
26	784	1459	12LP	P	PAC COPA	Percent	0,0	0,0	54,0
26	784	1459	12LN	P	3	Percent	0,0	0,0	20,0
26	784	1459	10RW	A	3	Percent	60,0	0,2	53,0
26	784	1459	10EE	A	3	Percent	50,0	0,0	97,0
26	784	1459	2C05	A	3	Percent	0,0	0,0	0,0
26	784	1459	122V	P	PAC	Percent	78,0	53,5	48,0
26	784	1459	20BA	A	3	Unidade	1,0	1,0	0,0
26	784	1459	1D15	P	3	Percent	55,0	0,0	74,0
26	126	0807	4102.24	A			0,0	0,0	0,0
26	126	0807	4102.27	A			0,0	0,0	0,0
26	126	0807	4103.24	A			0,0	0,0	0,0
26	126	0807	4103.27	A			0,0	0,0	0,0
		TOTAL							

Fonte: Orçamento de Investimentos

Execução Orçamentária de Investimentos
QUADRO A.2.2 - Execução Financeira das ações realizadas pela CODERN

Em R\$ 1,00

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
26	784	1459	6504	P	3	Unidade			2.150.000
26	784	1459	2D18	A	3		9.557.074	682.650	14.574.424
26	784	1459	10IO	P	3				4.500.000
26	784	1459	10VP	P	3	Percentual	1.984.083	223.719	1.760.364
26	784	1459	10VV	P	3	Percentual	773.624	275.830	497.794
26	784	1459	12LP	P	PAC COPA	Percentual			13.158.131
26	784	1459	12LN	P	3	Percentual			5.400.000
26	784	1459	10RW	A	3	Percentual	5.968.449	24.669	5.943.780
26	784	1459	10EE	A	3	Percentual	2.081.793		2.081.793
26	784	1459	2C05	A	3		24.650.963	6.978.013	35.272.950
26	784	1459	122V	P	PAC	Percentual	118.695.448	81.447.929	11.497.519
26	784	1459	20BA	A	3	Unidade	35.000	34.805	0
26	784	1459	1D15	P	3	Percentual	1.050.000	0	0
26	126	0807	4102.24	A			200.000	40.634	250.000
26	126	0807	4102.27	A			40.800	5.214	44.400
26	126	0807	4103.24	A			250.000	22.477	250.000
26	126	0807	4103.27	A			43.000		29.000
TOTAL							165.330.234	89.735.940	203.836.755

Fonte: Orçamento de Investimentos

4.3 AÇÕES DO PROGRAMA

- Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Natal – RN;
- Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Terminal Salineiro de Areia Branca – RN;
- Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Maceió – AL;
- Manutenção da Infra-estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN;
- Manutenção da Infra-estrutura do Porto de Natal – RN;
- Obras de Recuperação e Adequação de Infra-estrutura do Porto de Natal – RN; Ampliação e Recuperação dos Portos no Estado do Rio Grande do Norte;
- Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca;
- Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza.

No programa de Investimentos das Empresas Estatais e Infra estrutura de Apoio Administrativo estão as seguintes ações:

Manutenção e Adequação dos Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos do Porto de Natal-RN;

Manutenção de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – AL;

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – RN;

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – AL;

GESTÃO DAS AÇÕES

Ação 10VP – Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Natal - RN

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Dotar as instalações portuárias de condições de segurança e de prevenção a ameaças de ataques terroristas e outros ilícitos que comprometam suas atividades
Objetivos específicos	A ação consiste em implantar sistema de segurança utilizando tecnologias de controle como câmara de vídeo (CFTV), isolamento físico com muros e cercas, guardas equipados e treinados, sistema de controle de acesso e troca de informações entre os responsáveis da Instalação Portuária e dos navios. A ação ocorrerá nos limites dos Portos e Terminais Portuários, cais de acesso e bacia de evolução
Público-alvo (beneficiários)	Área portuária, instalações administrativas, armadores, donos de mercadorias, municípios circunvizinhos e usuários em geral.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos-SEP
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
67,0	1.984.083	7,60	223.719	11,3 (7,6 % x 67,0%)	11,3 (23.719/1.984.083)

Resultado Alcançado

Projeto executado com Recursos do Tesouro Nacional para aumento do Capital Social, sendo R\$ 1.400 mil para o exercício e R\$ 584 mil relativo a saldo de exercício anterior. Apresentou índices de desempenho físico de 7,6 % e financeiro de 11,3 % dos valores aprovados. Foram executados no exercício os serviços de complementação do (ISPS-CODE) a seguir revelados: Construção de guarita de acesso pelo portão central do Porto de Natal, adequação da sala do servidor do ISPS – CODE e serviço de alimentação da subestação SE – 01 do Porto de Natal, ampliação dos sistemas do ISPS – CODE no Porto de Natal, incluindo aquisição de microcomputadores, Impressoras, sistema operacional, câmeras profissional tipo PTZ, e IP fixa, adaptação do torniquete do portão norte, controladora INNER NET BIO 4.000, bateria controladora de saída, fecho eletro magnético 300 KGF, instalação de concertina e reforços das estruturas do muro da retro-área externa e aquisição de multimídia e sistema de som. Em razão dos recursos no valor R\$ 1.400 mil aprovados para o exercício não terem sido liberados até 31/12/2010, não foi possível apresentar um melhor índice de desempenho.

Ação 1D15 – Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Maceió - AL

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Dotar as instalações portuárias de condições de segurança e de prevenção a ameaças de ataques terroristas e outros ilícitos que comprometam suas atividades
Objetivos específicos	A ação consiste em implantar sistema de segurança utilizando tecnologias de controle como câmara de vídeo, isolamento físico com muros e cercas, guardas equipados e treinados, sistema de controle de acesso e troca de informações entre os responsáveis da Instalação Portuária e dos navios. A ação ocorrerá nos limites dos Portos e Terminais Portuários, cais de acesso e bacia de evolução
Público-alvo (beneficiários)	Área portuária, instalações administrativas, armadores, donos de mercadorias, municípios circunvizinhos e usuários em geral.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
55,0	1.050.000	0,0	0,0	0,0	0,0

Resultado Alcançado

Projeto a ser executado com recursos do Tesouro Nacional no valor de R\$ 1.000 mil para Aumento do Patrimônio Líquido e R\$ 50 mil de recursos Próprios. Não houve realização nesta ação em decorrência dos recursos no valor R\$ 1.000 mil aprovado para o exercício não ter sido liberado até 31/12/2010. A insuficiência de geração de receita própria prejudicou a execução da parte da CODERN.

Ação 2C05 – Manutenção da Infra-estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca - RN

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Atender a demanda do Consumo interno e para exportação. Oferecer melhores condições operacionais, através do aumento na confiabilidade dos equipamentos disponíveis.
Objetivos específicos	Recuperação e melhoria da infra-estrutura portuária.
Público-alvo (beneficiários)	A indústria salineira da região, armadores, indústria cloroquímica brasileira e, por consequência, a economia nacional, a economia do Rio Grande do Norte e todos os consumidores.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	24.650.963	-	6.978.013	-	28,3

Resultado Alcançado

Projeto executado com Recursos do Tesouro Nacional para Aumento do Patrimônio Líquido, sendo R\$ 12.920 mil em 2010 e R\$ 11.731 mil referente a saldo de exercício anterior. Apresentou índice de desempenho financeiro de 28,3 % do valor aprovado. Foram realizados aquisição de equipamentos, obras e serviços a seguir revelados: Continuidade da recuperação do Carregador de Navios (CN, Torre de Transferência (Drive House), Mesa de Rotação (Turn Table), reforma e ampliação das instalações administrativas do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN, aquisição de manilhas tornel e anilo para aplicação nas bóias de sinalização do Terminal Salineiro de Areia Branca, aquisição de correntes para aplicação nas bóias de sinalização do Terminal Salineiro de Areia Branca, montagem de galpão em chapas de aço tipo galvalume e construção de piso de concreto armado, aquisição de plataforma elevatória alto propelida tipo tesoura. Foram adquiridos ainda, 02 tratores de esteiras e 01 pá mecânica com previsão de entrega para o início de 2011. Em razão dos recursos no valor de R\$ 12.920 mil aprovados para o

exercício não terem sido liberados até 31/12/2010, embora estejam registrados como Restos a Pagar em 2011, não foi possível apresentar um melhor índice de desempenho.

Ação 2D18 – Manutenção da Infra-estrutura do Porto de Natal - RN

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Atender a demanda do Consumo interno e para exportação. Oferecer melhores condições operacionais.
Objetivos específicos	Recuperação e melhoria da infra-estrutura portuária.
Público-alvo (beneficiários)	O comércio e a indústria da região, usuários do Porto e armadores e a economia do Rio Grande do Norte.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	9.557.074	-	682.650	-	7,1

Resultado Alcançado

Projeto executado com Recursos do Tesouro Nacional para Aumento do Patrimônio Líquido, sendo R\$ 7.393 mil em 2010 e R\$ 2.164 mil referente a saldo de exercício anterior. Apresentou índice de desempenho financeiro de 7,1 % do valor aprovado. Foram executados os seguintes serviços: Reforma do alojamento no setor Infraestrutura e Suporte Operacional do Porto de Natal e adequação do edifício sede da CODERN no que tange a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais, Complementação das obras de pavimentação do pátio norte do Porto de Natal das vias internas no Porto de Natal. Em razão dos recursos no valor R\$ 7.393 mil aprovado para o exercício não terem sido liberados até 31/12/2010, não foi possível apresentar um melhor índice de desempenho.

Ação 10EE – Obras de Recuperação e Adequação de Infra-estrutura do Porto de Natal - RN

Tipo	Projeto
Objetivo Geral	Atender a demanda do consumo interno e para exportação. Oferecer melhores condições operacionais
Objetivos Específicos	Recuperação e melhoria da infra-estrutura portuária
Público-alvo (beneficiários)	O comércio e a indústria da região, usuários e armadores e a economia do Rio Grande do Norte.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
50,0	2.081.793	-	-	-	-

Resultado Alcançado

Projeto financiado com recursos do Tesouro Nacional para Aumento do Patrimônio Líquido, sendo para o ano de 2010 no valor de R\$ 100 mil, recursos próprios também no valor de R\$ 100 mil e R\$ 1.882 decorrente de Saldo de Exercício Anterior. Não houve realização nesta ação no exercício. Também não foi repassado R\$ 100 mil até 31/12/2010.

Ação 10RW – Ampliação e Recuperação dos Portos no Estado do Rio Grande do Norte

Tipo	Projeto
Objetivo Geral	Atender a demanda do consumo interno e para exportação. Oferecer melhores condições operacionais
Objetivos Específicos	Recuperação e melhoria da infra-estrutura portuária
Público-alvo (beneficiários)	O comércio e a indústria da região, usuários e armadores e a economia do Rio Grande do Norte.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
60,0	5.968.449	0,2	24.669	0,3	0,4

Resultado Alcançado

Projeto financiado com recursos do Tesouro Nacional para Aumento do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 100 mil, recursos próprios no valor de R\$ 100 mil e R\$ 5.768 decorrentes de Saldo de Exercício Anterior. O índice de execução física foi de 0,2 e a financeira de 0,4 %. Foram executados serviços de pavimentação das vias internas e pátio do Porto de Natal. Também não foi repassado R\$ 100 mil pelo Tesouro até 31/12/2010.

Ação 122V – Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca

Tipo	Projeto
Objetivo Geral	Atender o abastecimento das indústrias de química geral, petroquímica, cloro-soda e outros produtos das indústrias farmacêutica, metalúrgicas e de alimentos que exigem grandes volumes de sal nos seus processos de fabricação, inviáveis de serem transferidos por caminhão, pois representam atualmente 1,8 milhões de toneladas anuais.

Objetivos Específicos	Ampliar a plataforma de armazenamento de sal e do cais de barçaça, aumentar a capacidade do sistema de transporte e aquisição de equipamento descarregador de barçaça.
Público-alvo (beneficiários)	O comércio e a indústria da região, usuários e armadores e a economia do Rio Grande do Norte.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
78,0	118.695.448	53,5	81.447.448	68,6	68,6

Resultado Alcançado

Projeto executado com Recursos do Tesouro Nacional repassado para aumento do Patrimônio Líquido, sendo R\$ 54.600 mil no exercício e R\$ 64.095 mil decorrente de saldo de exercício anterior. Está ação está inserida no Projeto de Aceleração do Crescimento – PAC. Apresentou índices de desempenho físico de 53,5 % e financeiro de 68,6 % dos valores aprovados. Deram continuidade as obras de Ampliação da Ilha Artificial para Estocagem de Sal à Granel, do Cais de Barçaças, Instalação de 01 (um) Descarregador de Barçaças, Potencialização dos Transportadores de Correia e Utilidades do Terminal Salineiro de Areia Branca”, um grande salto que, após anos de lutas para se atingir este objetivo, garantirá a reestruturação do terminal para atender a demanda por pelo menos três décadas.

Ação 20BA – Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
1,0	35.000	1,0	34.805	100,0	99,4

Resultado Alcançado

Projeto executado com Recursos do Tesouro Nacional repassado para aumento do Patrimônio Líquido. Trata-se de saldo de exercício anterior. Foram adquiridos os seguintes equipamentos: 02 note books com sistema operacional, 02 equipamentos para vídeo conferência, 02 câmeras para registro de documentos e 01 projetor portátil. Apresentou índice de realizações física de 100,0 % e financeira de 99,4 %.

Ação 4102 – Manutenção e Adequação dos Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Dados gerais do programa

Tipo do programa	Atividade
Objetivo geral	Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.
	Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos

Objetivos específicos	de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.
Público-alvo (beneficiários)	Usuários das instalações portuárias.
Gerente de Programa	Secretaria Especial de Portos
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Ação 4102.0024 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – RN

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	200.000	-	40.634	-	20,3

Resultado Alcançado

Investimentos realizados com recursos próprios. O desempenho financeiro indica uma realização de 20,3 % do valor aprovado. Foram adquiridos 01 cofre, 01 ventilador, 01 fogão, 01 forno microondas, 11 aparelhos de ar condicionado, 01 freezer, 02 bebedouros, 05 beliches de madeira, 01 poltrona, 01 banco de 03 lugares, 04 armários de aço e 01 fogão. O baixo desempenho deve-se à falta de geração de receita própria.

Ação 4102.0027 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos, Máquina -AL

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	40.800	-	5.214	-	12,8

Resultado Alcançado

Investimentos realizados com recursos próprios. O desempenho financeiro indica uma realização de 12,8 % do valor aprovado. Foram adquiridos 04 armários de aço e 04 condicionadores de ar. O baixo desempenho deve-se à falta de geração de receita própria.

Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Tipo do programa	Atividade
Objetivo geral	Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.
Objetivos específicos	Realização de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam

	contabilizados no imobilizado.
Público-alvo (beneficiários)	Usuários das instalações portuárias.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Ação 4103.0024 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – RN

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	250.000	-	22.477	-	9,0

Resultado Alcançado

Investimentos realizados com recursos próprios. O desempenho financeiro indica uma realização de 9,0 % do valor aprovado. Foram adquiridos 05 no-breaks, 03 impressoras, 02 teclados para microcomputador, 01 câmara fotográfica, 03 monitores, 01 microcomputador, 03 copiadoras, 03 mouses, 02 rádios Motorola, 03 aparelho telefônicos e leitor de cartão. O baixo desempenho deve-se à falta de geração de receita própria.

Ação 4103.0027 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – AL

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	43.000	-	0	-	0

Resultado Alcançado

Investimentos realizados com recursos próprios. Não houve desempenho financeiro em razão da falta de geração de recurso próprio.

4.4 PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

Encontra-se abaixo quadro demonstrativo dos valores aprovados e realizados relativo ao Programa de Dispêndios Globais – PDG para o exercício de 2010.

PROJETOS/ATIVIDADES	APROVADO	EXECUTADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO %
RECEITAS CORRENTES	49.821.571	44.590.815	89,50
Operacionais	40.725.742	35.917.627	88,19
Não Operacionais	9.095.829	8.672.597	95,35
REC. P/ AUM. PAT. LIQUIDO	153.085.000	91.972.862	60,08
Participação da União no Capital	153.085.000	91.972.862	60,08
TOTAL DOS RECURSOS	202.906.571	136.563.086	67,30
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	165.330.234	89.735.940	54,28
Investimentos	165.330.234	89.735.940	54,28
DISPÊNDIOS CORRENTES	124.063.320	113.251.227	91,29
Pessoal e Encargos Sociais	24.302.899	24.766.031	101,91
Materiais e Produtos	3.806.149	3.421.801	89,90
Serviços de Terceiros	11.462.753	11.336.130	98,90
Utilidades e Serviços	2.238.378	2.134.652	95,37
Tributos Encargos Parafiscais	5.115.679	5.276.283	103,14
Outros Dispêndios	77.137.462	66.316.330	85,97
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	289.393.554	202.987.167	70,14

Receita Corrente - O Quadro acima indica um valor estimado para o exercício em R\$ 49,8 milhões, contra R\$ 44,6 milhões realizados, representando um índice de realização de 89,50 %.

Ressaltamos os motivos para não alcançar a meta estimada para 2010, conforme segue:

Receita Operacional

A CODERN não atingiu o montante das receitas operacionais previstas em virtude de ter apresentado pequeno crescimento da movimentação de cargas. Os portos administrados pela CODERN operacionalizaram mais de 4,8 milhões de toneladas de produtos, crescendo 1,14% em relação ao ano anterior, conforme segue:

1. Porto-Ilha – Apresentou uma redução em virtude da queda nos embarques de sal de 9,77 % em relação ao ano de 2009. Fortes chuvas ocorridas na região nos últimos 03 anos; aliada ao baixo estoque de sal nas salinas e aumento da importação de sal do Chile pelo mercado interno, que em 2010 alcançou o montante de 1.000.000 de toneladas, repercutiram na redução dos embarques, refletindo na receita operacional.
2. Porto de Natal – Apresentou crescimento de 9,60 % na tonelagem movimentada, que não foi suficiente para em termos de faturamento compensar os valores faturados a menos do estimado para o Porto-Ilha
3. Porto de Maceió - Apresentou crescimento de 7,28% em relação ao ano passado.

Receita Não operacional

1. GERTAB + PORNAT – Indica uma redução de 9,08 % em razão de não se ter concretizado o valor aprovado para o item demais receitas não operacionais;
2. Porto de Maceió – Apresentou uma variação de menos 3,04 % do valor aprovado em razão da rescisão do contrato de arrendamento do Rebocador Corumbá.

Recurso para Aumento do Patrimônio Líquido – Foi aprovado para o exercício o montante de R\$ 153,1 milhões, sendo R\$ 77,9 milhões para investimentos e R\$ 75,2 milhões para saneamento financeiro, dos quais R\$ 14,7 milhões para demandas trabalhistas e R\$ 60,5 milhões para pagamento de dívida junto ao Instituto de Seguridade Social – PORTUS. No exercício de 2010 foi repassado o montante de R\$ 92,0 milhões, cujo índice de repasse foi de 60,09 %. O saldo de R\$ 61,1 milhões não recebidos até 31/12/2010 indica um índice de 39,91% do valor aprovado.

Investimentos – Foi aprovado para 2010 o valor de R\$ 165,3 milhões, sendo R\$ 77,9 milhões de recursos para Aumento do Patrimônio Líquido, R\$ 86,6 milhões de Saldo de Exercício Anterior e R\$ 0,8 milhão de recursos próprios. Foi realizado durante o exercício o montante de R\$ 89,7 milhões com índice de realização de 54,28 %.

Dispêndios correntes – O total fixado para 2010 foi de R\$ 124,0 milhões, contra uma realização de 113,3 milhões, indicando um índice executado de 91,29 %, a seguir relacionados acompanhado dos comentários que se fizeram necessários:

Pessoal e Encargos Sociais – Valor aprovado de R\$ 24,3 milhões e realizado 24,8 milhões, indicando um índice de execução de 101,91 % em relação ao fixado. Embora este item tenha extrapolado o aprovado em 1,91 % não apresenta irregularidade em razão do total do dispêndio corrente aprovado ter sido realizado a menor 8,71%.

Materiais e Produtos – Foi fixado o valor de R\$ 3,8 milhões e realizado o total de R\$ 3,4 milhões, cujo índice de realização alcançou 89,90 %, em razão de determinados materiais não ter sido entregues em tempo hábil para sua execução.

Serviços de Terceiros – Foi aprovado para 2010 o valor de 11,5 milhões e executado R\$ 11,3 milhões, com índice de realização de 98,90 %.

Utilidades e Serviços - Do valor de R\$ 2,2 milhões fixado para este item, foi realizado R\$ 2,1 milhões, representando um índice de realização de 95,37 %, cujo índice de execução está dentro dos limites aceitáveis.

Tributos e Encargos Parafiscais - Foi fixado o valor de R\$ 5,1 milhões e realizado R\$ 5,3 milhões com um índice de realização de 103,14 %. Embora este item tenha extrapolado o aprovado em 3,14 %, não apresenta irregularidade em razão do total de Dispêndios Correntes ter sido realizado a menor do que o aprovado em 8,71%.

Outros Dispendios - Do valor de R\$ 77,1 milhões fixado para este item, foi executado R\$ 66,3 milhões, representando um índice de realização de 85,97 %. Ressaltamos que o índice de desempenho abaixo dos acima observados neste grupo, deve-se ao fato de R\$ 10,1 milhões para pagamento de dívida junto ao Instituto de Seguridade Social – PORTUS, aprovado como crédito adicional no final do exercício de 2010, não ter sido repassado, pelos órgãos competentes até 31 /12/2010.

4.5 II. Indicadores Institucionais

Para o acompanhamento e avaliação de suas ações, a CODERN vem adotando os indicadores abaixo relacionados:

1. *Tonelada Movimentada*
2. *Receita Operacional Por Tonelada*
3. *Custo Operacional Por Tonelada*
4. *Custo Operacional Por Empregado*
5. *Comprometimento das Despesas Com Pessoal*

TONELADA MOVIMENTADA

Descrição

Volume de cargas embarcadas e desembarcadas nos portos de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e de Maceió.

Tipo

Desempenho Operacional

Fórmula de Cálculo e Medição

Somatório da tonelada movimentada por porto.

Responsável pelo Cálculo

Gerência de Planejamento - GEPLAN

Valores Apurados

O volume por tonelada 2010 em relação a 2009 está apresentado na tabela abaixo:

PORTOS	2006	2007	2008	2009	2010	VAR. % 2010/2009
Natal	308.902	342.243	320.121	274.707	301.075	9,60
Areia Branca	2.062.557	1.706.111	1.898.594	1.779.371	1.605.450	(9,77)
Maceió	3.511.207	3.113.369	3.753.343	2.780.348	2.982.800	7,28
Total	5.882.666	5.161.723	5.972.058	4.834.426	4.889.325	1,14

Comentários

A retomada das vendas externas brasileiras e a recuperação da economia nacional, após a crise econômica global de 2009, proporcionaram crescimentos significativos nas exportações e importações do país. Isso refletiu também no comércio internacional dos estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas, federações onde se localizam os portos administrados pela CODERN – Porto de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e Porto de Maceió.

O Porto de Natal, em 2010, movimentou 301 mil toneladas, apresentando crescimento de 9,6% em relação a 2009. Contribuíram para esse resultado a carga geral em contêiner que cresceu

6,9%, destacando nesse percentual a recuperação dos embarques de frutas em 8% e o aumento significativo da carga containerizada de importação em 33%; o açúcar ensacado elevou-se em 21% e o trigo a granel em 12%.

O movimento de embarque de sal a granel pelo Terminal Salineiro de Areia Branca, em 2010, foi de 1.605.450 de toneladas. Em relação a 2009, onde foram movimentadas 1.779.471 toneladas houve um decréscimo de 9,7%.. Estoques baixos e de recuperação lenta devido a fortes chuvas na região salineira em anos anteriores e em 2010 afetaram a produção de sal e contribuíram para a redução dos embarques no terminal. Soma-se a isso, a política cambial desfavorável às exportações desse produto de baixo valor agregado e a forte influência da entrada do sal chileno no mercado brasileiro, que alcançou 1 milhão de toneladas em 2010. Destaca-se também que alguns clientes do terminal transferiram seus volumes para o mercado interno pelo modal rodoviário.

A movimentação de produtos pelo porto de Maceió registrou 2,9 milhões de toneladas, crescendo 7,28% comparativamente a 2009. A recuperação dos volumes de importação de adubo a granel em 59,64% e de trigo a granel em 18,43%, bem como das exportações de açúcar a granel em 11,88% e dos graneis líquidos gasolina (32%) e óleo diesel (15,49%) foram os responsáveis por esse crescimento, corroborado pelo incremento das cargas álcool anidro, clínquer e coque de petróleo, que juntas representaram 4,30%.

No exercício de 2010, os portos administrados pela CODERN operacionalizaram mais de 4,8 milhões de toneladas de produtos, crescendo 1,14% em relação ao ano anterior, contribuindo assim para o escoamento da produção e para o desenvolvimento econômico dos estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas.

RECEITA OPERACIONAL POR TONELADA

Descrição

Receita operacional bruta consolidada dos portos de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e de Maceió gerada por tonelada movimentada nos três portos.

Tipo

Desempenho Financeiro

Fórmula de Cálculo e Medição

Receita operacional bruta auferida dividida pela tonelada movimentada.

Responsável pelo Cálculo

Gerência de Planejamento - GEPLAN

Valores Apurados

A receita operacional por tonelada 2010 em relação a 2009 está apresentada na tabela abaixo:

CONSOLIDADO	2006	2007	2008	2009	2010	VAR. % 2010/2009
	5,51	5,90	5,85	6,82	7,35	7,00

Comentários

O incremento no índice consolidado de 7,00 % no exercício de 2010 em relação a 2009 está relacionado ao resultado de fortes ações para recuperação dos preços portuários mediante retiradas

dos descontos concedidos em anos anteriores, do realinhamento dos valores das taxas convencionais, principalmente nos valores de armazenagens, na fiscalização e no acompanhamento de forma mais eficiente das operações. A armazenagem de cargas de projetos – equipamentos, sondas, turbinas para o parque industrial do estado repercutiu para elevação da receita operacional da companhia.

CUSTO OPERACIONAL POR TONELADA

Descrição

Custo operacional bruto consolidado dos portos de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió despendido por tonelada movimentada nos três portos.

Tipo

Desempenho Financeiro

Fórmula de Cálculo e Medição

Custo operacional bruto dividido pela tonelada movimentada.

Responsável pelo Cálculo

Gerência de Planejamento – GEPLAN.

Valores Apurados

O Custo operacional bruto por tonelada movimentada 2010 em relação a 2009 está apresentado na tabela abaixo:

CONSOLIDADO	2006	2007	2008	2009	2010	VAR. % 2010/2009
	6,51	8,49	7,78	9,25	12,19	31,78%

Comentários

A elevação do indicador consolidado em 31,78 % no exercício de 2010 em comparação com 2009, foi consequência principalmente do aumento dos custos totais no ano de 2010 referente ao exercício de 2009 devido provisionamento para causas trabalhistas e fiscais. O aumento da despesa com pessoal e encargos, de maior representatividade na composição dos custos, contribuiu para esse resultado, sobretudo, pelo reajustes salariais das categorias que, embora se referissem a Acordos Coletivos para biênio 2009/2010, efetivamente foram pagos em 2010, incluindo diferenças retroativas a junho/2009, data base dos empregados. Os reajustes dos bens e serviços – energia, água e combustíveis - também repercutiram para o crescimento do indicador.

CUSTO OPERACIONAL POR EMPREGADO

Descrição

Custo operacional bruto consolidado dos portos de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió despendido por empregado, incluindo os ocupantes de cargos comissionados que não são empregados.

Tipo

Desempenho Financeiro

Fórmula de Cálculo e Medição

Custo operacional bruto dividido pelo número de empregados.

Responsável pelo Cálculo

Gerência de Planejamento - GEPLAN

Valores Apurados

O Custo operacional bruto por empregado 2010 em relação a 2009 está apresentado na tabela abaixo:

CONSOLIDADO	2006	2007	2008	2009	2010	VAR. % 2010/2009
	15.218	15.226	14.956	13.100	16.759	27,93

Comentários

O indicador apresenta crescimento de 27,93% em relação a 2009. As admissões durante o ano para repor mão de obra face aos desligamentos espontâneos, aliada à recepção de anistiados por força judicial, repercutiram no aumento dos custos de pessoal, que também foram reforçados pelas reposições salariais objeto de Acordos coletivo pagos efetivamente em 2010, são fatores que influenciaram a elevação desse indicador.

COMPROMETIMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Descrição

Comprometimento das despesas com pessoal e encargos, incluindo os cargos comissionados que não são empregados, em relação à receita operacional bruta dos portos de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

Tipo

Desempenho Financeiro

Fórmula de Cálculo e Medição

Despesa com pessoal e encargos dividida pela receita bruta.

Responsável pelo Cálculo

Gerência de Planejamento - GEPLAN

Valores Apurados

O comprometimento das despesas com pessoal 2010 em relação a 2009 está apresentado na tabela abaixo:

CONSOLIDADO	2006	2007	2008	2009	2010	VAR. % 2010/2009
	45,61	60,44	58,71	47,15	53,96	14,43

Comentários

A CODERN mantém-se abaixo do limite estatutário que de 65%, embora tenha apresentado variação de 14,43% em relação a 2009, pelos razões acima justificadas que repercutiram para o crescimento desse indicador.

4.6 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Além dos Indicadores acima relacionados, apresentamos também os índices da Análise Econômico-Financeira onde fica evidenciada a evolução do Balanço Patrimonial da CODERN no período analisado.

INDICADORES ECONÔMICOS FINANCEIROS

ÍNDICES	2006	2007	2008	2009	2010	VAR. % 2010/2009
Liquidez Geral	0,83	0,88	0,34	0,77	0,32	(58,44)
Liquidez Corrente	4,19	4,50	2,53	5,50	1,84	(66,55)
Liquidez Seca	2,11	2,38	0,92	4,71	1,10	(76,65)
Participação do Capital de Terceiros	24,49	22,02	50,32	46,39	46,68	0,63
Composição do Endividamento	18,93	18,81	12,84	12,91	14,20	9,99
Imobilização do Patrimônio Líquido	104,19	102,70	133,16	110,52	131,47	18,95
Imobilização dos Recursos Não Correntes	86,93	87,13	92,56	78,72	93,87	19,25
Giro do Ativo	0,13	0,11	0,11	0,08	0,07	(12,50)
Margem Líquida	(135,42)	(157,10)	(193,45)	(176,83)	(187,212)	5,87
Rentabilidade do Ativo	(17,26)	(16,67)	(21,91)	(13,66)	(13,72)	0,44
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	(21,49)	(20,34)	(32,93)	(20,00)	(20,12)	0,60

4.7 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	240	223*	19	12
1.1 Servidores de Carreira vinculada ao órgão	239	206	19	12
1.2 Servidores de Carreira Cedidos a outro órgão	1	1	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	28	28	0	0
2.1 Cargos comissionados não efetivos	12	12	0	0
2.2 Servidores de Carreira com função gratificada	16	16	0	0
3 Total	252	235	19	12

Fonte: GEADMI

* O Diretor-Presidente está incluso no quantitativo de cargo efetivo.

Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	37	59	39	56	16
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	37	58	39	56	16
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	1	0	0	0
2.Provimento de cargo em comissão	3	8	4	6	5
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (Cargos comissionados não efetivos)	2	5	1	3	1
2.3. Servidores de Carreira com função gratificada	1	5	3	3	4

Fonte: FOLHA DE PAGAMENTO 12/2010

Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	2	15	27	30	89	44	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	2	15	27	30	89	43	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	2	26	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (Cargos comissionados não efetivos)	0	0	0	0	2	10	0	0	0
2.3. Servidores de Carreira com função gratificada	0	0	0	0	0	16	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: FOLHA DE PAGAMENTO 12/2010

Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	3	0
1.1 Voluntária	0	0
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	3	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	0	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0

Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010 (Não se aplica)

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	0	0
2. Proporcional	0	0

Composição do Quadro de Estagiários (Não houve contratação de estagiário no exercício de 2010)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	0	0	0	0	0
• Área Fim	0	0	0	0	0
• Área Meio	0	0	0	0	0
Nível Médio	0	0	0	0	0
• Área Fim	0	0	0	0	0
• Área Mei	0	0	0	0	0

Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações (13º Salário)	Despesas Variáveis				Demais despesas variáveis	Total
				Adicionais (Ad. Risco, Ad. Noturno e H. Extra, Ad. embarque)	Indenizações (Diárias e ajuda de custo)	Benefícios Assistenciais e previdenciários (Aux. Educação, salário família)			
Membros de poder e agentes políticos									
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão (Efetivos)									
2008	2.409.621	0	143.087	1.840.668	13.998	3.324	302.185	4.712.883	
2009	2.484.500	0	140.197	2.036.550	15.638	3.361	304.876	4.985.124	
2010	3.023.302	0	170.668	2.228.645	32.138	117.018	289.431	5.861.203	
Servidores com Contratos Temporários									
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença									
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior (Não efetivos que ocupam cargo de provimento em comissão).								
2008	452.022	0	63.803	3.853	0	0	15.986	535.665
2009	489.975	0	71.145	8.83	3.478	0	22.148	595.585
2010	604.113	0	83.920	9.897	1.087	5.200	53.240	757.457
Servidores ocupantes de Funções gratificadas (Efetivos que exercem funções gratificadas, mas que não são exclusivas dos efetivos).								
2008	811.319	0	37.807	34.052	0	0	74.914	958.092
2009	860.790	0	38.383	41.910	0	24	67.305	1.008.412
2010	1.096.123	0	72.833	58.885	3.794	2.800	125.378	1.359.815

Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN													
UG/Gestão:				CNPJ: 34.040.345/0001-90									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Cont	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	08/2007	05.312.066/0001-30	28/02/07	28/02/12	-	8	-	24*	-	1	P
2007	L	O	26/2007	02.477.341/0001-88	01/12/07	01/12/11	-	7	-	7			P
2007	L	O	27/2007	02.477.341/0001-88	01/12/07	01/12/11	-	2	-	8			P
Observação: há rodízio de vigilante. A prática de rodízio dos vigilantes ocorre diante da escala 12x36.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra - INEXISTENTE

Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
08/2007	8	8	PORTO NATAL
08/2007	8	10	AREIA BRANCA
26/2007	7	14	AREIA BRANCA
27/2007	7	10	PORTO NATAL

LEGENDA
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

4.8 INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/1993, RELACIONADA À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	1	2	3	4	5
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais de cada item:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. – Sim. Os controles internos na UJ vêm evoluindo na medida das necessidades demandadas pelos órgãos de Controle. 2. – Existem falhas nos controles instituídos necessitando de aprimoramentos revisando procedimentos existentes e instituindo novos procedimentos para áreas ainda não normatizadas. 3. – Necessita melhorar a comunicação interna. 4. – Sim. Inclusive existe comissão de ética instituída pela UJ 5. – Necessário proceder revisão para elaboração do manual de procedimentos operacionais. 6. – Há carência de mecanismos incentivadores. que vem sendo paulatinamente melhorados. 7. – Sim 8. – A definição das funções está sendo reavaliada, juntamente com o organograma institucional. 9.- Necessita aprimorar os controles adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada objetivando melhorar os processos de gerenciamento das áreas das operações e de todas as rotinas da companhia. 10 – Parcialmente formalizados. 11. – Parcialmente formalizados 12. – Na medida da dimensão da responsabilidade inerente ao risco, são nomeadas comissões internas para o acompanhamento do ato. Em casos de operações rotineiras, são elaborados acompanhamentos que visam dar suporte a operação. 13. – Necessário melhorar.. 14. – Necessário intensificar. 15. – Necessário melhorar. 16. – Sim 17 – Sim, necessários aplicar tempestivamente as correções aos desvios de conduta. 					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
18. – Necessário editar procedimentos e métodos para salvaguarda dos ativos e a comprovação de sua existência.	
19. – Parcialmente formalizados	
20. – Necessita revisar os existentes e criar novos procedimentos normatizados	
21. – Não	
22. – Necessita de ajustes.	
23. – Sim.	
24. – Sim	
25. – Adotar ajustes no tocante a tramitação das informações	
26. – Sim.	
27. - Sim	
28. – Há regularidade na avaliação dos seus controles internos	
29. – Tem sido avaliado regular.	
30. – Sim, no entanto necessário se faz regularizar pontos que apresentam fragilidades.	

4.9 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				

<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
<p>Considerações Gerais: Tendo em vista que a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA é recente na CODERN, as ações de sustentabilidade ambiental são, ainda, primárias. Assim, a ausência de critérios de sustentabilidade ambiental nos procedimentos licitatórios não é deliberada, sendo resultante de uma gestão ambiental ainda inicial.</p>					
<p><u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

4.10 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1 : RIO GRANDE DO NORTE - RN		
	MUNICÍPIO: NATAL <ul style="list-style-type: none"> • 1761-00220.500.0–Processo 04916.002804/2005-02 – Av. Hildebrando de Góis 220- Ribeira Área do Terreno Utilizado (m2) 55.822,15 Área construída : 13.780,00 (m2) Destinação: Instalações da CODERN Objetivo da Cessão: Instalação do Porto de Natal/RN • 1761 00452.500.2 – Processo 4079048528.17- Rua Coronel Flaminio s/n – Rocas Tipo do Imóvel : Terreno acrescido de marinha c/ 2.256,01 (m2) Área construída 1.619,11(m2) – Inst. Porto de Natal /RN 	02	02
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Fonte: GEADMI

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município "n"	0	0
	UF "n"	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município "n"	0	0
Subtotal Brasil		0	0
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade "n"	0	0
	PAÍS "n"	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade "n"	0	0
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		0	0

Fonte:

Não Aplicável à CODERN.

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
CODERN	176100220.500.0	CESSÃO	BOM	00	15/03/10	22.174.764,79	00	1.258.424,00
CODERN	176100452.500.2	CESSÃO	BOM	00	13/12/07	1.142.918,05	00	00
Total							00	1.258.424,00

Fonte: Contratos de Serviços nº 018/08, 002/09, 003/09, 008/10, 010/10 e 018/2010

4.11 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			x		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.			3		
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.		x			
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			x		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		x			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				x	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		x			
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.			10%		
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		x			
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		x			
Considerações Gerais: Tendo em vista que a coordenação de tecnologia em informática (Coorti) da CODERN é formada por 3 (três) funcionários de carreira sendo responsável pelo desenvolvimento de sistemas, redes de computadores, apoio a manutenção dos ativos de informática e suporte aos usuários desta Companhia, tecemos algumas considerações em relação aos quesitos avaliados:					

Item	Descrição
1	O planejamento é realizado pela Diretoria Executiva (DIREXE) que consiste na reunião e deliberações entre o Diretor-Presidente (DP), Diretor Administrativo e Financeiro (DAF) e Diretor Técnico e Comercial (DTC).
7	Embora exista política de segurança de informações, esta não foi instituída mediante documento específico.
8	Os recursos de T.I desta instituição, ao serem adquiridos, são analisados por esta Coorti.
9	A metodologia de desenvolvimento é parcialmente aplicada devido ao quadro de pessoas existente na organização e das prioridades elencadas pela Diretoria Executiva.

LEGENDA - Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

4.12 Providências adotadas para atender as Deliberações do TCU no exercício

O **Quadro** abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para atender às suas deliberações estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Deliberações do TCU**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: **Deliberações expedidas pelo TCU**, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, a nível de item do Acórdão, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

QUADRO - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ord em	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 010.856/2009-7	2317/2010			600/2010-TCU/SECEX-RN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
<p>Determina: presente no Relatório de Gestão/2010 – informações acerca da regularização das falhas registradas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 26/2009, descritas abaixo:</p> <p>1- Ausência de indicadores de desempenho que dêem suporte a análise sobre desempenho da gestão, considerando os aspectos da eficácia, eficiência e efetividade.</p> <p>2- Ausência de análise de minuta de contrato pela Gerência Jurídica da Entidade do processo nº 829/2007, referente ao Pregão Eletrônico nº 028/2007, aquisição de barras e chapas para recuperação do tanque de lastro da barcaça Branave IV, contratado com a Queiroz Oliveira Comércio Indústria Ltda, valor R\$ 33.202,00.</p> <p>3- Inexistência no processo nº 365/2008-ADS, dispensa de licitação, de disponibilidade orçamentária; ausência de declaração de regularidade do INSS, FGTS, e processo sem numeração de páginas.</p> <p>4- Uso indevido de ADF – Autorização de Fornecimento de Material e Serviços, em razão de nas compras diretas, assumirem a condição de contrato sem estarem consignados elementos contidos no art. 55, incisos IV e VII da Lei nº 8.666/1993.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
1 – GEPLAN/GEMARK 2 – GERJUR 3 – GEADMI 4 – GEADMI					
Síntese da providência adotada:					
<p>1 - Indicadores já inclusos no Relatório de Gestão 2010.</p> <p>2 - A análise da minuta de contrato não foi inserida no processo, mas foi processada.</p> <p>3 - Embora não informado no processo, existia a dotação orçamentária. Em todas as compras são exigidas a apresentação da declaração de regularidade e a ausência de numeração nas páginas não mais está se repetindo.</p> <p>4 - Foram inseridos nas ADS/ADF os art da Lei 8.666/93 79; 77 a 80; 81 a 88 e anotação referente a valores dentro do lapso temporal e penalidades causadas a possíveis prejuízos a</p>					

Codern. Esta sendo elaborado novo formulário que irá contemplar de forma mais abrangente todas as responsabilidades previstas na Lei.

Síntese dos resultados obtidos

Regularizados as pendências, e evitada a repetição de futuras não conformidades.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve prejuízos para a Companhia Docas

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ord em	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-019.768.2007-7	2035/2010			485/2010-TCU/SECEX-RN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Determina: CODERN, apresentar plano de ação com vistas à regularização das pendências constantes do Relatório de Auditoria de Gestão da Controladoria-Geral da União/RN nº 190533, relativas às Contas do Exercício de 2006.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Administrativa e Financeira - DAF					
Síntese da providência adotada:					
Encaminhada Carta DP-299/2010, de 10.08.2010, em resposta ao solicitado. e Carta DP Nº 485/2010, de 13.12.2010, em complementação as informações, acerca das implementações realizadas. Ainda não houve manifestação referente a apreciação do pleito.					
Síntese dos resultados obtidos					
Regularizados as pendências, e evitada a repetição de futuras não conformidades					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve prejuízos para a Companhia Docas					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ord em	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-015.849.2006-0	1339/2010			360/2010-TCU/SECEX-RN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Determina: julga regulares com ressalvas a Prestação de Contas da CODERN, exercício 2005.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Administrativa e Financeira - DAF					
Síntese da providência adotada:					
Foram adotadas as medidas que regularizaram as falhas apontadas, e tomadas providências quanto aos questionamentos de ordem contábil, administrativa e processual. Instaurada Comissão de Sindicância para apurar possíveis impropriedades na administração do Porto de Maceió que não detectou quaisquer indícios de omissão ou incorreta fiscalização e o relatório conclusivo foi encaminhado ao Tribunal de Contas em outubro de 2010 (Carta DP 380/2010).					
Síntese dos resultados obtidos					
Regularizados as pendências, e evitada a repetição de futuras não conformidades					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve prejuízos para a Companhia Docas					

QUADRO - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	018/2010		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
<p>As recomendações foram consignadas no Relatório de Gestão nº 018/2010, relativo ao exercício de 2009, informando as seguintes ressalvas.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta divulgação de informações relativas à execução orçamentária e financeira no sítio eletrônico na página denominada “Transparência Pública”. 2. Constatações relativas ao Relatório de Fiscalização nº 09/2010 – Obra de ampliação da ilha artificial para estocagem de sal a granel, do cais de barcaças, instalação do descarregador de barcaças, potencialização dos transportadores de correia e utilidades do Terminal Salineiro de Areia Branca. 			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
1 – GEPLAN/DP 2 – DTC			
Síntese da providência adotada:			
<p>1 - As informações estão sendo divulgadas em nossa página da Internet. 2 - A CODERN apresentou justificativas às constatações levantadas conforme Carta DP nºs 205, de 31.05.10; Carta DP nºs 255 de 09.07.10 e Carta DP nº 510 de 27.12.10.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Permanece em análise			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Aguardado respostas do OCI			

QUADRO - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
<p>As recomendações foram consignadas no Relatório de Gestão nº 018/2010, relativo ao exercício de 2009, informando as seguintes ressalvas.</p> <p>1. Falta divulgação de informações relativas à execução orçamentária e financeira no sítio eletrônico na página denominada “Transparência Pública”.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

4.13 Recomendações da Ciset/Presidência da República

As recomendações foram consignadas no Relatório de Gestão nº 018/2010, relativo ao exercício de 2009, informando as seguintes ressalvas.

1. Falta divulgação de informações relativas à execução orçamentária e financeira no sítio eletrônico na página denominada “Transparência Pública”.

PROVIDÊNCIA ADOTADA: As informações estão sendo divulgadas em nossa página da Internet.

2. Constatações relativas ao Relatório de Fiscalização nº 09/2010 – Obra de ampliação da ilha artificial para estocagem de sal a granel, do cais de barcaças, instalação do descarregador de barcaças, potencialização dos transportadores de correia e utilidades do Terminal Salineiro de Areia Branca.

PROVIDÊNCIA ADOTADA A CODERN apresentou justificativas às constatações levantadas conforme Carta DP nºs 205, de 31.05.10; Carta DP nºs 255 de 09.07.10 e Carta DP nº 510 de 27.12.10.

4.14 INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, APRESENTANDO JUSTIFICATIVAS PARA CASO DE NÃO ACATAMENTO.

O atendimento a este item baseia-se nos Relatórios de Auditoria Interna, os quais são submetidos as áreas auditadas objetivando o cumprimento das recomendações consignadas no Sumário de Auditoria.

4.15 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL,

Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional	49,99939537	49,99941185	49,99945529
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	49,99939537	49,99941185	49,99945529
Free Float	Pessoas Físicas	0,00001140	0,00001129	0,00000678
	Pessoas Jurídicas	0,00059323	0,00057686	0,00053793
	Capital Estrangeiro			
	% free float	0,00060463	49,99941185	0,00054471
Subtotal Ordinárias (%)		50,00000000	50,00000000	50,00000000
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional	49,99939537	49,99941185	49,99945529
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	49,99939537	49,99941185	49,99945529
Free Float	Pessoas Físicas	0,00001140	0,00001129	0,00000678
	Pessoas Jurídicas	0,00059323	0,00057686	0,00053793
	Capital Estrangeiro			
	% free float	0,00060463	0,00057793	0,00054471
Subtotal Preferenciais (%)		50,00000000	50,00000000	50,00000000
Total		100%	100%	100%

Composição Acionária da UJ como Investidora

QUADRO B.4.2 - INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010			
Denominação completa:			
Ações Ordinárias (% de participação)			
Investida	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Ações Preferenciais (% de participação)			
Investida	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Não se aplica à CODERN			

4.16. Remuneração dos Conselhos e dos Administradores ITEM 12 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010

Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Em R\$ 1,00

Conselho de Administração																
Nome do Conselheiro (a)	Período	Remuneração														
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	13ºsal.	Total
OLIVEIRA A. C			1.256,67	1.256,67	1.256,67	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	20.103,31
TORRES A. P.			1.256,67	1.256,67	1.256,67	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	20.103,31
DANIEL JR. E. F. D.			1.256,67	1.256,67	1.256,67	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	20.103,31
RODRIGUES E. L. R. C.			1.256,67	1.256,67	1.256,67	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	20.103,31
NETO M. A.			1.256,67	1.256,67	1.256,67	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	20.103,31
ARAÚJO M. M. L. F.			1.256,67	1.256,67	1.256,67	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	20.103,31
FILHO W. E. C.	29/jan.l		1.256,67	1.256,67	1.256,67	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	20.103,31

Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro(a)) (T/S)	Período		Remuneração													
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	13ºsal.	Total
JÚNIOR A. L. C. L.		Março 2010	1256,67	1256,67	1256,67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	314,17	4084,18
FILHO A. F. F.			1256,67	1256,67	1256,67	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	20103,31
SILVA A. R. S.			1256,67	1256,67	1256,67	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	20103,31
SOUZA C. L. S.	16 Abr		0	0	0	0	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1088,89	14699,97
JÚNIOR É. L. F.		Abril 2010	1256,67	1256,67	1256,67	1633,33	0	0	0	0	0	0	0	0	418,89	5819,33
DUARTE J.	16 Abr		0	0	0	0	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1088,89	14699,97
MAIA L. C. B.	16 Abr		1256,67	1256,67	0	1633,33	0	0	0	0	0	0	0	0	314,17	4460,84
CABRAL L. C. S.	16 Abr		0	1256,67	0	0	0	1633,33	0	0	1633,33	0	0	1633,33	680,55	6806,99
ABREU R. L. S.			1256,67	1256,67	1256,67	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	20103,31

Síntese da remuneração dos administradores

Em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2008	2009	2010
Número de membros:	03	03	03
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	615.032,07	551.696,59	603.100,00
a) salário ou pró-labore (honorários diretoria)	478.527,05	526.488,40	603.100,00
b) benefícios diretos e indiretos	0	0	0
c) remuneração por participação em comitês	0	0	0
d) outros (vantagens pessoais de empregado – ATS e FG-PUCS)	136.505,02	25.208,19	0
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	25.392,93	34.726,46	37.888,88
a) bônus	0	0	0
b) participação nos resultados	0	0	0
c) remuneração por participação em reuniões	0	0	0
d) comissões	0	0	0
e) outros (abono de férias e abono pecuniário)	25.392,86	34.726,46	37.888,88
III – Total da Remuneração (I + II)	640.424,93	586.423,05	640.988,88
IV – Benefícios pós-emprego	0	0	0
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0
VI – Remuneração baseada em ações	0	0	0

Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2008	2009	2010
I – Bônus (a+b+c+d)	0	0	0
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
b) valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0
d) valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	0	0	0
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
f) valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0
III – Total (I + II)	0	0	0
Não Aplicável à CODERN			

4.17 - INFORMAÇÕES SOBRE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

Nome: PORTUS;

Razão Social: Instituto de Seguridade Social – PORTUS

CNPJ: 29.994.266/0001-89;

Demonstrativo Anual

QUADRO DE CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES E DA PATROCINADORA

PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2010

MÊS	SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO DO PATROCINADOR	OUTROS REPASSES *	CONTRIBUIÇÃO BENEFICIÁRIOS	TOTAL
JANEIRO	746.540,93	56.745,81	54.311,05	56.745,81	167.802,67
FEVEREIRO	1.014.178,44	74.756,72	55.414,51	74.756,72	204.927,95
MARÇO	696.588,87	51.073,39	54.205,56	51.073,39	156.352,34
ABRIL	783.397,41	60.810,22	55.031,85	60.810,22	176.652,29
MAIO	772.619,11	59.546,48	54.623,99	59.546,48	173.716,95
JUNHO	775.642,72	59.748,08	56.032,58	59.748,08	175.528,74
JULHO	760.203,19	57.725,41	55.611,62	57.725,41	171.062,44
AGOSTO	776.560,58	59.895,21	56.082,02	59.895,21	175.872,44
SETEMBRO	737.634,65	55.263,00	62.211,12	55.263,00	172.737,12
OUTUBRO	715.379,06	52.979,22	55.525,29	52.979,22	161.483,73
NOVEMBRO	739.885,07	55.802,37	47.712,05	55.803,07	159.317,49
DEZEMBRO	717.661,80	54.062,35	47.545,49	54.062,35	155.670,19
13º SALÁRIO	693.127,64	49.965,63	12.870,42	49.965,63	112.801,68
TOTAL	9.929.419,47	748.373,89	667.177,55	748.374,59	2.163.926,03

C:\EXCEL\PORTUS\REPASSE\2008.XLS

* Contribuição jóia + Assistidos + RTSA + Parcelamento da Dívida

Nota: A CODERN (Sede+ATESAB+PORNTAT) está inadimplente com a RTSA e parcelamento da dívida desde janeiro de 2007

*Refere-se a pagamento de Contribuição aos Assistidos, Reserva de Tempo de Serviço a Amortizar – RTSA, (Porto de Maceió) e Contribuição de Jóias.

Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições:

A CODERN recolhe para o PORTUS além das contribuições normais, valores para atender a paridade aos assistidos, recolhimento de jóias e pagamento de contratos assinados com aquela instituição referentes às Reservas de Tempo de Serviços a Amortizar – RTSA de dívida relativa a contribuições não recolhidas. Não houve pagamento de parcelamento de contrato neste exercício;

Natal, RN, 31 de dezembro de 2010.

EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR
Diretor-Presidente

GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FARIA
Diretor Administrativo e Financeiro

HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH
Diretor Técnico – Comercial

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN

ANEXOS

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DEZEMBRO/2010

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

C.N.P.J Nº 34.040.345/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO: 44.327.745.800 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL

CAPITAL AUTORIZADO, SUBSCRITO E REALIZADO: R\$ 203.942.186,84

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em R\$ 1,00)

ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE	35.727.092	85.699.106	PASSIVO CIRCULANTE	19.458.710	15.580.186
Disponível	24.169.132	76.359.023	Provisão para Férias	1.547.606	1.345.919
Caixas e Bancos	24.168.891	76.358.799	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	5.359.750	9.753.601
Títulos do Tesouro (BACEN)	241	224	Dep. Contrib. e Consig. a Recolher	1.408.234	821.436
Direitos Realizáveis	11.557.960	9.340.083	Fornecedores de Bens e Serviços	8.534.074	2.842.048
Contas a Receber	5.371.215	4.486.082	Outras Obrigações	2.609.046	817.182
(-) Provisão Devedores Duvidosos	(2.615.737)	(2.632.388)	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	117.574.933	105.135.739
Adiant. a Empregados e Fornecedores	389.588	335.638	Contas Pagar	27.099.369	30.236.084
Depósitos Judiciais e Contratuais	-	-	Provisão p/Causas Trabalhistas	4.285.909	7.705.155
Almoxarifado	2.778.088	2.933.585	Provisão p/ Contingências Tributárias	24.372.539	20.011.917
Impostos a Recuperar	1.144.332	1.978.850	Provisão p/ Obrigações Cíveis	2.741.982	2.787.510
Devedores Diversos	4.460.717	2.192.077	Outros Créditos da União	59.075.134	44.395.072
Desp. Apropriada Custo Exerc. Seguinte	17.647	27.978	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	292.653.386	260.240.865
Outros valores a receber	12.110	18.260	Capital Social Integralizado	203.942.187	122.033.833
ATIVO NÃO CIRCULANTE	393.959.937	295.257.684	Reserva de Capital	462.891.911	432.050.018
Ativo Realizável a Longo Prazo	8.026.870	7.646.026	Prejuízo Acumulado	(374.180.712)	(293.842.986)
Depositos judiciais e Contratuais	2.299.705	2.080.737			
Bloqueios Judiciais	5.715.802	5.539.892			
Outros Valores a Receber	11.363	25.396			
Investimentos	22.345	22.345			
Imobilizado	385.903.522	287.589.314			
Bens	500.043.631	393.773.635			
Depreciação	(114.140.109)	(106.184.321)			
Intangível	7.200	-			
TOTAL DO ATIVO	429.687.029	380.956.790	TOTAL DO PASSIVO	429.687.029	380.956.790

EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR
Diretor Presidente
C.P.F. Nº 074.212.814-87

GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FARIA
Diretor Administrativo Financeiro
CPF Nº 027.880.164-17

HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 037.959.854-04

ANA MARIA DE SENA PATRICIO
Gerente de Recursos Financeiros
Contadora - CRC 3815/RN

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN
C.N.P.J Nº 34.040.345/0001-90
CAPITAL AUTORIZADO: 44.327.745.800 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL
CAPITAL AUTORIZADO, SUBSCRITO E REALIZADO: R\$ 203.942.186,84

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

DISCRIMINAÇÃO	2010	2009
I) RECEITA BRUTA OPERACIONAL	35.917.627	33.397.670
II) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(4.362.291)	(3.959.347)
III) RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL (I - II)	31.555.336	29.438.323
IV) CUSTOS OPERACIONAIS	(32.324.261)	(29.392.649)
V) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO (III - IV)	(768.925)	45.674
VI) DESPESAS OPERACIONAIS	(73.334.565)	(68.187.740)
A) SERVIÇOS	0	0
B) ADMINISTRATIVAS	(17.251.190)	(14.753.763)
C) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(46.116.223)	(33.998.565)
1. Receitas e Despesas Financeiras		
a) Despesas Financeiras	(2.031.550)	(1.655.181)
b) Receitas Financeiras	386.635	175.979
2. Variações Monetárias		
a) Variações Monetárias Passivas	(44.471.308)	(32.519.363)
b) Variações Monetárias Ativas	0	0
D) PROVISÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	(9.967.153)	(19.435.412)
VII) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	6.559.872	6.425.658
A) RECEITAS PATRIMONIAIS	6.559.872	6.425.658
VIII) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO (V - VI + VII)	(67.543.618)	(61.716.409)
IX) RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	7.563.646	9.661.895
A) RECEITAS EVENTUAIS	385.062	540
B) RECEITAS DIVERSAS	1.342.406	1.495.680
C) REVERSÃO DE RESERVAS	5.836.177	8.165.674
X) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E CSLL	(59.979.973)	(52.054.514)
XI) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0	0
XII) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(59.979.973)	(52.054.514)
XIII) LUCRO / PREJUÍZO POR AÇÃO (Em \$)	0,0014	0,0024

Natal - RN, 31 de dezembro de 2010

EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR

Diretor - Presidente

C.P.F. Nº 074.212.814-87

GUSTAVO HENRIQUE EIXEIRA DE FARIA

Diretor Administrativo e Financeiro

C.P.F. Nº 027.880.164-17

HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH

Diretor Técnico Comercial

C.P.F. Nº 037.959.854-04

ANA MARIA DE SENA PATRICIO

Gerente de Recursos Financeiros

Contadora - CRC 3815/RN

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN
C.N.P.J Nº 34.040.345/0001-90
CAPITAL AUTORIZADO: 44.327.745.800 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL
CAPITAL AUTORIZADO, SUBSCRITO E REALIZADO: R\$ 203.942.186,84

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em R\$ 1,00)

	2010	2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	(59.979.973)	(52.054.514)
(+) Acréscimo (-) Redução Depreciação/Amortização	7.955.787	7.693.596
(+) Dividendos Recebidos		
(-) Acréscimo (+) Redução Clientes	(885.133)	941.355
(+) Acréscimo (-) Redução Provisão para Devedores Duvidosos	(16.652)	500.620
(-) Acréscimo (+) Redução Estoques	155.497	(438.595)
(-) Acréscimo (+) Redução Despesas Antecipadas	0	0
(-) Acréscimo (+) Redução Outros Valores a Receber	(1.859.635)	(322.983)
(+) Acréscimo (-) Redução Fornecedores	5.692.026	300.420
(+) Acréscimo (-) Redução Obrigações Fiscais e Trabalhistas	(4.393.851)	3.365.519
(+) Acréscimo (-) Redução Dep. Contribuições e Consignações a Recolher	586.798	(230.481)
(+) Acréscimo (-) Redução Provisão p/Causas Trabalhistas	(3.419.247)	(1.613.039)
(+) Acréscimo (-) Redução Provisão p/ Contingências Tributárias	4.360.622	8.304.813
(+) Acréscimo (-) Redução Provisão p/ Causas Cíveis	(45.528)	2.787.510
(+) Acréscimo (-) Redução Outros Créditos da União	14.680.062	17.397.171
(+) Acréscimo (-) Redução Outras obrigações	(1.143.164)	(118.346)
Fluxo de Caixa Operacional Líquido (FCOL)	(38.312.389)	(13.486.953)
Fluxo de Caixa Atividades Investimentos		
(-) Acréscimo (+) Redução Imobilizado	(106.269.996)	(55.748.993)
(-) Acréscimo (+) Redução Investimentos	0	0
Fluxo de Caixa Atividades de Financiamentos		
(+) Acréscimo (-) Redução de Capital Social	81.908.354	(8.038.206)
(+) Acréscimo (-) Redução de Reserva de Capital	30.841.892	109.999.549
Compensação de Prejuízos	22.050.967	31.110.882
Ajustes de Exercícios Anteriores	(42.408.719)	(676.576)
Disponibilidades geradas (aplicadas) no Exercício	(52.189.892)	63.159.703
Disponibilidades no início do exercício	76.359.023	13.199.320
Disponibilidades no final do ano	24.169.132	76.359.023
Varição das Disponibilidades	(52.189.892)	63.159.703

Natal - RN, 31 de dezembro de 2010

EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR

Diretor - Presidente

C.P.F. Nº 074.212.814-87

GUSTAVO HENRIQUE EIXEIRA DE FARIA

Diretor Administrativo e Financeiro

C.P.F. Nº 027.880.164-17

HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH

Diretor Técnico Comercial

C.P.F. Nº 037.959.854-04

ANA MARIA DE SENA PATRICIO

Gerente de Recursos Financeiros

Contadora - CRC 3815/RN

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN
C.N.P.J Nº 34.040.345/0001-90
CAPITAL AUTORIZADO: 44.327.745.800 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL
CAPITAL AUTORIZADO, SUBSCRITO E REALIZADO: R\$ 203.942.186,84

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(EM R\$ 1,00)

DETALHAMENTO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL GERAL
		CORRECÇÃO MONET. CAPITAL REALIZADO	CRÉDITO ACIONISTA P/AUMENTO CAPITAL		
SALDO EM 01/01/2009	130.072.039	0	322.050.469	(272.222.778)	179.899.729
Aumento de Capital c/Incorporação de Reservas	23.072.676		(23.072.676)		0
Ajustes de Exercícios Anteriores				(676.576)	(676.576)
Atualização monetária dos crédito da Uniao para aumento capital			31.201.989		31.201.989
Recebimento de créditos para aumento de capital			101.870.236		101.870.236
Transferência p/ Aumento de Capital					0
Compensação de Prejuizo com redução do Capital	(31.110.882)			31.110.882	0
Prejuízo Líquido do Exercício				(52.054.514)	(52.054.514)
SALDO EM 31/12/2009	122.033.833	0	432.050.018	(293.842.986)	260.240.864
Aumento de Capital c/Incorporação de Reservas	103.959.320		(103.958.275)		1.046
Ajustes de Exercícios Anteriores				...	0
Atualização monetária dos crédito da Uniao para aumento capital			42.827.305		42.827.305
Recebimento de créditos para aumento de capital			91.972.862		91.972.862
Transferência p/ Aumento de Capital					0
Compensação de Prejuizo com redução do Capital	(22.050.967)			22.050.967	0
Prejuízo Líquido do Exercício				(59.979.973)	(59.979.973)
SALDO EM 31.12.2010	203.942.187	0	462.891.910	(331.771.993)	335.062.104

EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR
Diretor Presidente
C.P.F. Nº 074.212.814-87

GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FARIA
Diretor Administrativo Financeiro
CPF Nº 027.880.164-17

HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 037.959.854-04

ANA MARIA DE SENA PATRICIO
Gerente de Recursos Financeiros
Contadora - CRC 3815/RN

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN
 REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL PARA COMPENSAÇÃO PARCIAL DE PREJUÍZO ACUMULADO ATÉ 31.12.2009
 CAPITAL AUTORIZADO E SUBSCRITO: 44.327.745.800 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL
 CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: RS 203.942.186,84

QUADRO DE REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	CAPITAL INTEGRALIZADO		REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL		NOVO CAPITAL SOCIAL		PARTICIPAÇÃO SOCIAL
		NUMERO DE AÇÕES	EM R\$	NUMERO DE AÇÕES	TOTAL	Nº DE AÇÕES	TOTAL EM R\$	%
UNIÃO FEDERAL		44.327.262.876	225.989.719,14	0	22.050.707,16	44.327.262.876	203.939.011,98	99,99891058
	O. N.	22.163.631.438	112.994.859,57	0	11.025.353,58	22.163.631.438	101.969.505,99	49,99945529
	P. N.	22.163.631.438	112.994.859,57	0	11.025.353,58	22.163.631.438	101.969.505,99	49,99945529
TERSAL-TERM.SALINEIRO DE .AREIA BRANCA S/A		443.720	2.438,39	0	238,34	443.720	2.200,05	0,00100100
	O. N.	221.860	1.219,20		119,17	221.860	1.100,03	0,00050050
	P. N.	221.860	1.219,19		119,17	221.860	1.100,02	0,00050050
TERMASA - TERMINAL DE MACAU S/A		33.188	956,83	0	17,81	33.188	939,02	0,00007486
	O. N.	16.594	478,41		8,90	16.594	469,51	0,00003743
	P. N.	16.594	478,42		8,91	16.594	469,51	0,00003743
LUIZ DE LIMA CARDOSO		230	7,70	0	0,11	230	7,59	0,00000052
	O. N.	115	3,85		0,06	115	3,79	0,00000026
	P. N.	115	3,85		0,05	115	3,80	0,00000026
MAURÍCIO BAILY DE SÁ PEIXOTO		3.612	19,74	0	1,94	3.612	17,80	0,00000814
	O. N.	1.806	9,87		0,97	1.806	8,90	0,00000407
	P. N.	1.806	9,87		0,97	1.806	8,90	0,00000407
LUIZ LOPES VARELLA NETO		2.174	11,56	0	1,16	2.174	10,40	0,00000490
	O. N.	1.087	5,78		0,58	1.087	5,20	0,00000245
	P. N.	1.087	5,78		0,58	1.087	5,20	0,00000245
TOTAIS	O. N.	22.163.872.900	112.996.576,68	0	11.025.483,26	22.163.872.900	101.971.093,42	50,00000000
	P. N.	22.163.872.900	112.996.576,68	0	11.025.483,26	22.163.872.900	101.971.093,42	50,00000000
		44.327.745.800	225.993.153,36	0	22.050.966,52	44.327.745.800	203.942.186,84	100,00000000

OBSERVAÇÃO:

1) Valor Patrimonial da Ação em 31.12.2009 : R\$ 0,0046008

NATAL - RN, 23 de novembro de 2010

EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa de economia mista subordinada à Secretaria de Portos da Presidência da República e tem como objetivo a administração e exploração do Terminal Salineiro de Areia Branca, Porto de Natal e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Rio Grande do Norte.

Em cumprimento ao Decreto nº 99.475, de 24.08.90, a CODERN passou a administrar os Portos de Cabedelo, Maceió e Recife, através do Convênio nº 004/90 - STN/DNTA, Aditivo nº 01/91, celebrado entre esta Companhia e o Ministério dos Transportes, tendo sido renovado o referido Convênio anualmente, mediante aditivos posteriores.

Com o advento do convênio nº 09 de 31-12-97, a União delegou ao Estado da Paraíba a administração e exploração do Porto de Cabedelo, cessando todas as responsabilidades da CODERN, para com o citado Porto.

Foi celebrado Convênio de Delegação nº 02/01, entre a União, com a interveniência da CODERN, e o Estado de Pernambuco, para a exploração do Porto Organizado do Recife, a partir de 01.06.01, cessando todas as responsabilidades da CODERN em relação ao Porto de Recife.

O Porto de Maceió permanece sob a administração da CODERN, conforme Convênio de Descentralização nº. SEP/001/2007-DC, celebrado entre a Secretaria Especial de Portos e a CODERN, em 31.12.2007, renovado em 31.12.2009, com vigência até 31.12.2011.

2. - APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conjugadas com o CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Na elaboração das demonstrações financeiras de 2010, a Companhia adotou a legislação societária introduzida pela Lei nº. 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Lei nº 11.943, de 27 de maio de 2009. Estas leis modificaram a Lei nº. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 365 dias. Acima desse prazo estão agrupadas no Ativo não Circulante - Realizável a Longo Prazo e Passivo não Circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

b) A Provisão Para Devedores Duvidosos compõem-se de créditos não liquidados e registrados a débito de Despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

c) Os estoques de materiais de consumo (Almoxarifado) são apresentados a custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado de acordo com o Artigo 13 do Decreto – Lei 1.598/77, Item II do Artigo 183 da Lei 6.404/79 e Artigo 232 do Decreto 1.041/94.

d) O Imobilizado está demonstrado a custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, sendo composto dos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia de acordo com o Item IV do Artigo 179 da Lei 6.404/76 e suas alterações.

e) As depreciações foram computadas pelo método linear levando-se em consideração a vida útil e econômica dos bens, dentro dos limites admitidos pela legislação do Imposto de Renda, Decreto 3000/99. Os critérios de avaliação do Imobilizado deverão ser revisados e ajustados periodicamente para fins de cálculo da depreciação, conforme artigo 1º § 3º, item II, da Lei 11.638/07.

f) Apuração do resultado – o resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável;

g) Variações monetárias passivas – representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre os recursos transferidos pela União a título de crédito para aumento de capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673 /1998.

4. – APRESENTAÇÃO ANALÍTICA DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE CONTAS

4.1 **Contas a Receber** - composto por valores faturados no mês de dezembro, bem como valores pendentes de liquidação, referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de dezembro, assim especificado:

UNIDADE PORTUÁRIA	2010	2009
TERMINAL SALINEIRO AREIA BRANCA	R\$ 2.454.953,13	R\$ 1.789.702,75
PORTO DE NATAL	R\$ 506.264,59	R\$ 598.137,31
PORTO DE MACEIÓ	R\$ 2.409.997,40	R\$ 2.098.242,20
TOTAL	R\$ 5.371.215,12	R\$ 4.486.082,26

4.2 Devedores Diversos:

DESCRIÇÃO	2010	2009
PORTOS CONVENIADOS	641.109	552.467
RATEIO CONFIS CONSAD GERENCIAS	2.954.892	829.839
BLOQUEIO JUDICIAL - ATESAB	562.149	562.149
OUTROS VALORES A RECEBER - MACEIÓ	162.731	112.196
OUTROS VALORES A RECEBER - SEDE	139.836	135.425
TOTAL DE DEVEDORES DIVERSOS	4.460.717	2.192.076

4.3 Imobilizado

DISCRIMINAÇÃO	2010	2009
BENS MOVEIS	54.648.182	47.994.366
APARELHOS	3.097.687	2.828.836
EMBARCACOES	3.498.366	3.901.529
EQUIP. NATUREZA INDUSTRIAL	45.363.784	38.667.394
INFORMATICA	268.657	294.150
MAQUINAS	223.265	246.806
MOTORES	9.815	9.946
MOVEIS E UTENSILIOS	688.745	625.764
SIST. SEGURANÇA (ISPS-CODE)	727.215	662.446
VEICULOS	549.265	549.265
OUTROS	221.383	208.230
(-) DEPRECIACAO DOS BENS MOVEIS	(33.525.090)	(30.440.140)
BENS IMOVEIS	195.724.381	189.870.482
IMOVEIS NATUREZA INDUSTRIAL	113.263.283	112.677.234
INSTALACOES	75.359.306	70.212.734
OBRAS DE ACESSO	2.837.027	2.715.784
PREDIOS	4.162.431	4.162.395
TERRENOS	102.335	102.335
(-) DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	(80.615.019)	(75.744.182)
IMOBILIZACOES EM CURSO	249.671.069	155.908.787
BENS MOVEIS E IMOVEIS		<u>155.908.787</u>
TOTAL DO IMOBILIZADO LÍQUIDO	385.903.522	287.589.314

O Saldo da conta Imobilizações em Curso é formado por bens em construção ou fabricação, que ao serem concluídos são transferidos para as contas específicas no Imobilizado Técnico.

4.4. Provisão para férias – provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais correspondentes ao valor de R\$ 1.547.605,83, tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96.

4.5. Obrigações Fiscais e Trabalhistas - estão compostas de impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

DISCRIMINAÇÃO	2010	2009
Imp. Encargos a Recolher	2.789.162	4.565.243
Salário a Pagar	410.843	7.245
Autônomos - INSS	12.320	
Parcelamento PORTUS RTSA	1.622.425	4.761.112
Parcelamento ISS	525.000	420.000
TOTAL	5.359.750	9.753.601

4.6. Depósitos e Consignações a Recolher:

DISCRIMINAÇÃO	2010	2009
Valores de Terceiros	901.932	594.394
INSS	327.194	46.444
Contrib Ret Fonte a Recolher	179.108	180.599
TOTAL	1.408.234	821.436

4.7. Passivo não Circulante

4.7.1. Contas a Pagar – Composto pelo saldo de parcelamentos de dívidas diversas com o PORTUS - Instituto de Previdência Privada, INSS - Previdência Social e ISS.

DISCRIMINAÇÃO	2010	2009
PORTUS	22.036.072	24.368.529
INSS	310.252	192.772
ISS	4.753.045	5.674.783
TOTAL	27.099.369	30.236.084

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma das patrocinadoras do PORTUS Instituto de Seguridade Social, tendo sido apropriado no exercício de 2010, o montante de R\$ 1.889.010, referente às contribuições Participantes/Patronal, sendo repassado ao PORTUS o total de R\$ 1.553.382. Com referência a dívida do parcelamento foi celebrado Termo de Confissão de Dívida, em 09/09/2010, onde foi reconhecido o débito de R\$ 62.264.657,45, tendo sido disponibilizados recursos na conta SIAFI, para pagamento parcial da dívida, proveniente de aporte financeiro aprovado pelo Poder Executivo Federal o valor R\$ 50.000.000,00 (Cinqüenta milhões), em 20.10.2010.

Reza o citado Termo que o saldo residual, poderá ser objeto de nova transação de reavaliação do seu montante, no prazo de 45 dias para exata definição do total efetivamente devido.

Salientamos que o saldo devido pela renegociação da dívida, totaliza R\$ 12.264.657,45, o qual encontra-se devidamente registrado no balancete de dezembro/2010.

O PORTUS encaminhou à CODERN Carta Circular Diraf 1082/2011, de 24.02.2011, onde informa novos valores estimados das dívidas e do déficit de responsabilidade da CODERN, no montante de R\$ 91.495.713,05, com a seguinte composição.

Contribuições Normais	– R\$ 46.926.991,05
Contribuições Extraordinária	– R\$ 10.099.567,23
Déficit	- R\$ 34.469.154,77

Considerando que os valores encontram-se consolidados (SEDE,APMC, APR e APC, a CODERN solicitou ao PORTUS a abertura dos citados valores por Unidade Portuária, para fins de análise da referida dívida.

Pelo exposto acima, conclui-se que a CODERN não reconhece integralmente a dívida de R\$ 91.495.713,05, pois entende que o citado montante deverá ser objeto de detalhamento e reavaliação.

4.7.2. Provisões para Causas Trabalhistas – compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, devidamente atualizados e registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.10, totalizou R\$ 4.285.908,67 (quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e oito reais e sessenta e sete centavos). O saldo desta conta apresentou uma redução de 44% decorrente de pagamentos de acordos e ajustes efetuados, considerando os critérios estabelecidos pela GERJUR de êxito remoto para a CODERN, conforme previsto na NBC T 11.15 aprovada pela resolução do CFC nº 1.022 de 18.03.2005.

4.7.3 Provisões para Obrigações Cíveis – corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2010 totalizou R\$ 692.674,63 (seiscentos e noventa e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e três centavos). Consideradas como de êxito possível e remota, conforme previsto na NBC T 11.15 aprovada pela resolução do CFC nº 1.022 de 18.03.2005.

4.7.4. Provisão para contingências Tributárias – corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2010 o montante de R\$ 24.372.538,99 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e dois mil, quinhentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos). Este

saldo apresentou acréscimo significativo devido as atualizações do valores das respectivas dívidas, conforme relação encaminhada pela GERJUR, em obediência a NBC T 11.15 aprovada pela resolução do CFC nº 1.022 de 18.03.2005.

4.7.5. Outros Créditos da União – Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT e Convênio 01/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió, cujo saldo em 31.12.2010 totalizou R\$ 59.075.133,81 (cinquenta e nove milhões, setenta e cinco mil, cento e trinta e três reais e oitenta e um centavos).

5. CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E TRABALHISTAS COM ÊXITO PROVÁVEL

A Companhia Docas do RN é parte ré em diversos processos de execução fiscal e trabalhista junto as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC T 11.15, como de êxito provável.

PROCESSO	DATA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	SITUAÇÃO ATUAL
11-0802-07	20/09/2007	Demanda Trabalhista	50.000,00	Decisão favorável à CODERN, Recurso de Revista do Reclamante

11-0804-07	20/09/2007	Demanda Trabalhista	50.000,00	Decisão favorável à CODERN, Recurso extraordinário do Reclamante
2700-57.2010	08/01/2010	Demanda Trabalhista	30.000,00	Sentença favorável
0006968-41.2010	01/10/2010	Execução Fiscal-Tributária	1.704.907,82	Exp. Mandato de Penhora
98200-53.2010	10/09/2010	Demanda Trabalhista	50.000,00	Aguardando arquivamento
120500-09.2010	05/11/2010	Demanda Trabalhista	30.000,00	Audiência em 21/06/2011
126900-29.2010	24/11/2010	Demanda Trabalhista	9.915,09	Audiência Conciliatória
131200-44.2010	08/12/2010	Demanda Trabalhista	19.598,02	Audiência Conciliatória
127300-47.2010	24/11/2010	Demanda Trabalhista	13.734,33	Audiência em 16/03/2011
127400-02.2010	24/11/2010	Demanda Trabalhista	1254,42	Audiência em 16/03/2011
001.03002118-0	25/11/2006	Ação Cível Declat.Inexist. Débito	1.000,00	Sentença julgada improcedente
001.08.03606-1	17/11/2008	Ação Cível Indenizatória	1.500,00	Acordo Realizado
2008.83.00.006171-1	15/02/2008	Ação Ordinária	50.000,00	Acolhida prelim. De Ilegitimidade
113.02.000693-6	01/01/2000	Execução Forçada	2.911,20	Acordo Realizado
113.02.778-9	07/04/2010	Execução Forçada	256.195,09	Concluso p/Despacho
1443-2007-001	26/09/2007	Demanda Trabalhista	25.000,00	RR da UNIMED p/julgamento
322-2009-008	06/03/2009	Demanda Trabalhista	13.739,88	Execução
487-2009-001	03/04/2009	Demanda Trabalhista	522,81	Execução
200200-83.2009	09/12/2009	Demanda Trabalhista	3.896,17	RO da CODERN p/ TRT
30000-09.2010	09/03/2010	Demanda Trabalhista	27.157,86	Sentença Improcedente
78500-21.2010	20/05/2010	Demanda Trabalhista	30.000,00	Sentença Improcedente
0588-2008-013	06/06/2008	Demanda Trabalhista	58.667,64	Decisão favorável à CODERN
1256-2008-013	19/11/2008	Demanda Trabalhista	55.781,36	Aguardando decisão TST
432-2009-013	15/05/2009	Demanda Trabalhista	25.000,00	Acordo Realizado
13200-79.2010	11/02/2010	Demanda Trabalhista	30.600,00	Aguardando decisão TST
594-2008-012	06/06/2008	Demanda Trabalhista	28.000,00	Aguardando decisão TST
865-2008-012	28/08/2008	Demanda Trabalhista	45.829,58	Decisão favorável à CODERN
1256-2008-012	18/11/2008	Demanda Trabalhista	30.000,00	Decisão favorável à CODERN
1264-2008-012	19/11/2008	Demanda Trabalhista	16.067,41	Decisão favorável à CODERN
1314-2008-012	03/12/2008	Demanda Trabalhista	42.501,02	Aguardando Julgamento
1315-2008-012	03/12/2009	Demanda Trabalhista	42.501,02	Contra razões apresentadas
86500-14.2009	09/09/2009	Demanda Trabalhista	20.000,00	Recurso Ordinário

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social - O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2010 soma R\$ 203.942.186,84.

SALDO DO CAPITAL SOCIAL	2009	R\$ 122.033.833
Incorporação dos Créditos		R\$ 103.959.320
Compensação de Prejuízos		R\$ (22.050.966)
SALDO DO CAPITAL SOCIAL	2010	R\$ 203.942.187
AÇÕES (Quantidades)	2010	2009
Ordinárias Nominativas	22.163.872.900	10.865.862.531
Preferências Nominativas	22.163.872.900	10.865.862.531
TOTAL	44.327.745.800	21.731.725.062

6.2 Reserva de Capital – representam os repasse efetuado pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998, exceto quanto aos Créditos para Aumento de Capital do Porto de Maceió, no valor de R\$ 354.020.429,46 os quais não compõem o saldo para efeito de incorporação ao Capital Social da CODERN.

6.3 Ajustes de Exercícios Anteriores - Trata-se de Recuperação de Custos, Anulação de Receitas e outras despesas, cujo saldo em 31.12.2010, somou R\$ 42.408.719 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e oito mil e setecentos e dezenove reais), o qual refere-se essencialmente ao registro da dívida renegociada do PORTUS, como sendo, apropriação e baixa, efetuada no balancete de novembro/2010, a seguir demonstrado:

Débitos de Exerc. Anteriores	R\$ 62.499.630
Créditos de Exerc. Anteriores	R\$ 20.090.911
TOTAL	R\$ 42.408.719

7 PREJUÍZOS ACUMULADOS

O Prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2010 compõe-se principalmente de despesas com encargos financeiros em decorrência da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, cujo valor dos encargos para este exercício de 2010, totalizou R\$ 42.827.305,06 (quarenta e dois milhões, oitocentos e vinte e sete mil, trezentos e cinco reais e seis centavos), bem como as despesas com provisões para causas trabalhistas e contingências tributárias no total de R\$ 9.967.152,79 (nove milhões, novecentos e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos).

8 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas e Despesas Financeiras – são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. As despesas financeiras são em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 375, parágrafo único, do Decreto 3.000/99 - RIR.

9. REMUNERAÇÕES DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Na forma do art. 6º do inciso IV, do anexo I, do Decreto nº 3.224, de 28 de outubro de 1999, os valores da maior e menor remuneração pagas aos administradores e empregados no exercício de 2010, foram os seguintes:

Componentes	31/12/2010	31/12/2009
Administradores		
- Menor	R\$ 16.000,00	R\$ 12.350,00
- Maior	R\$ 17.000,00	R\$ 16.772,00
Empregados		
- Menor	R\$ 530,40	R\$ 415,00
- Maior	R\$ 17.483,48	R\$ 15.130,66
- Salário Médio	R\$ 2.191,73	R\$ 1.920,48

**EMERSON FERNANDES DANIEL
JÚNIOR**

Diretor – Presidente
CPF Nº. 074.212.814-87

GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FARIA

Diretor Administrativo Financeiro
CPF Nº. 027.880.164-17

HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH

Diretor Técnico Comercial
CPF Nº. 037.959.854-04

ANA MARIA DE SENA PATRÍCIO

Gerente de Recursos Financeiros
Contadora CRC 3815/RN

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN

PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Aos
Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN
Natal – RN

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

- 1) Examinamos o Balanço Patrimonial da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**, levantado em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, e suas respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis.

- 2) Exceto pelo mencionado nos parágrafos 3 e 4 adiante, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos adotado; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas.

- 3) Não acompanhamos os inventários físicos alusivos, tanto aos estoques em almoxarifados quanto aos bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia, portanto não estamos em condições de opinar acerca da existência física de aludidos bens. Os inventários apresentados pela Comissão Inventariante apontam para exatidão dos aludidos saldos, todavia devido a exigüidade de tempo decorrente da intempestividade com que aludidos documentos nos chegou às mãos, não foi possível aplicar procedimentos alternativos para sua validação.

- 4) O sistema de gestão de materiais da Companhia não apresentou, através dos seus mecanismos de controles internos, ferramenta que nos possibilitasse avaliar a valorização dos estoques e o respectivo custo gerado através do consumo de materiais. Por conseguinte não estamos em condições de opinar, como não opinamos, sobre os valores registrados no saldo desta rubrica em seu ativo circulante e nem sobre os eventuais efeitos nos custos dos itens consumidos registrados no resultado do exercício.

- 5) A companhia adota o procedimento contábil de ativar em seu imobilizado o custo da reposição de peças e serviços de manutenção, previstos na NBC TA 19.1 – Imobilizado, entretanto desde o exercício de 2009, não foram baixados os valores contábeis das partes substituídas, afetando o resultado do exercício em montantes que não conseguimos precisar.

6) Em nossa opinião, ressalvando o fato mencionado no parágrafo 5, e considerando os efeitos contábeis que poderão advir da implementação de medidas saneadoras para as deficiências de controle interno tratadas nos parágrafos 3 e 4 acima, as Demonstrações Contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7) Conforme mencionado na nota explicativa 4.7 que passamos a transcrever a partir do segundo parágrafo, onde se lê:

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma das patrocinadoras do PORTUS Instituto de Seguridade Social, tendo sido apropriado no exercício de 2010, o montante de R\$ 1.889.010, referente às contribuições Participantes/Patronal, sendo repassado ao PORTUS o total de R\$ 1.553.382. Com referência a dívida do parcelamento foi celebrado Termo de Confissão de Dívida, em 09/09/2010, onde foi reconhecido o débito de R\$ 62.264.657,45, tendo sido disponibilizados recursos na conta SIAFI, para pagamento parcial da dívida, proveniente de aporte financeiro aprovado pelo Poder Executivo Federal o valor R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões), em 20.10.2010.

Reza o citado Termo que o saldo residual, poderá ser objeto de nova transação de reavaliação do seu montante, no prazo de 45 dias para exata definição do total efetivamente devido.

Salientamos que o saldo devido pela renegociação da dívida, totaliza R\$ 12.264.657,45, o qual encontra-se devidamente registrado no balancete de dezembro/2010.

O PORTUS encaminhou à CODERN Carta Circular Diraf 1082/2011, de 24.02.2011, onde informa novos valores estimados das dívidas e do déficit de responsabilidade da CODERN, no montante de R\$ 91.495.713,05, com a seguinte composição.

<i>Contribuições Normais</i>	<i>– R\$ 46.926.991,05</i>
<i>Contribuições Extraordinária</i>	<i>– R\$ 10.099.567,23</i>
<i>Déficit</i>	<i>– R\$ 34.469.154,77</i>

Considerando que os valores encontram-se consolidados (SEDE,APMC, APR e APC, a CODERN solicitou ao PORTUS a abertura dos citados valores por Unidade Portuária, para fins de análise da referida dívida.

Pelo exposto acima, conclui-se que a CODERN não reconhece integralmente a dívida de R\$ 91.495.713,05, pois entende que o citado montante deverá ser objeto de detalhamento e reavaliação

Consequentemente a **Carta Circular Diraf 1082/2011, de 24.02.2011** caracteriza-se FATO RELEVANTE, todavia tratada como um evento subsequente cujo desfecho pode impactar significativamente o resultado do exercício atual ou futuros conforme o tratamento contábil adotado, a luz do Princípio Contábil da Continuidade pressuposto no levantamento das Demonstrações Contábeis da Companhia, porque entendem seus administradores que tal posição carece de maior detalhamento e principalmente comprovação, devendo ainda demandar bastante tempo e litígio até que se configure o Direito.

8) Consta no saldo da Reserva de Capital o montante de R\$ 462.891.910,72 em 2010 (R\$ 322.474.495 em 2009), referente a créditos recebidos da União para aumento de capital cuja parcela mais relevante advém de exercícios anteriores, a título de investimentos na Unidade de Maceió, o qual até 31/12/2010 não havia sido incorporado ao capital social, por falta de deliberação do acionista majoritário, ficando passível de encargos financeiros à Taxa Selic, do dia da transferência até o momento em que ocorrer a sua capitalização, conforme artigo 2º, do Decreto 2.673/98. Este fato vem gerando prejuízos acentuados para à Companhia, tendo, no exercício de 2010, ocasionado despesas financeiras de R\$ 42.827.305,06 (R\$ 31.201.989,19 em 2009) que oneram sobremaneira a situação econômico-financeira e patrimonial apresentada nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Natal/RN, 23 de Março de 2011

AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PE 000150-T RN

LUCIANO GONÇALVES DE MEDEIROS PEREIRA
CONTADOR - CRC/PE 010483/O-9 "T" RN
Sócio Sênior

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

PARECER DOS CONSELHOS SOBRE AS CONTAS

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

**DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Nº 03/2011**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN, no uso das atribuições legais e estatutárias e, de acordo com o resolvido na 538ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, e com base nos Incisos XI e XIX, do Art. 12, do Estatuto Social,

DELIBERA:

I. Aprovar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demais Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2010, com base no Parecer da Audimec – Auditores Independentes S/S e Relatório de Auditoria Interna Nº 001/11, que passam a integrar esta deliberação, independentemente de transcrição.

II. Determinar que a documentação referida no item I desta deliberação seja submetida à Assembléia Geral Ordinária, em cumprimento ao disposto na Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Natal, RN, 24 de março de 2011

**WILSON DO EGITO COELHO FILHO
Presidente do Conselho**

**ADELAIDE CRISTINA DE OLIVEIRA
Conselheira**

**MÔNICA MARIA LIBÓRIO F. DE ARAÚJO
Conselheira**

**EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR
Conselheiro**

**MANOEL ALVES NETO
Conselheiro**

**EUGÊNIO LEOPOLDO ROSADO C. RODRIGUES
Conselheiro**

**AIRTON PAULO TORRES
Conselheiro**

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis completas e as Notas Explicativas, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2010, e com base no Relatório de Auditoria Interna nº 001/2011 e considerando as conclusões e ressalvas apresentadas no Parecer da Auditoria Externa AUDIMEC Auditores Independentes, é de opinião que as referidas Demonstrações representam, adequadamente, a posição econômico-financeira da Empresa, estando em condições de serem submetidas à Assembléia Geral de Acionistas para aprovação. No entanto, O Conselho Fiscal recomenda que sejam sanadas as falhas apontadas como “Pontos Relevantes” e observadas as recomendações constantes do Relatório de Auditoria Interna nº 001/2011.

Natal-RN, 25 de março de 2011

REGINALDO LAFAYETE DA SILVA ABREU
Presidente

CLEIDEMÁRIO LUIZ DE SOUZA
Conselheiro Titular

JANETE DUARTE
Conselheira Titular

ÁLVARO FERNANDES FREIRE FILHO
Conselheiro Titular

LUIZ CLÁUDIO DA SILVA CABRAL
Conselheiro Suplente

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

**Declaração referente Atas do Conselho de
Administração e do Conselho Fiscal**

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

Av. Engº Hildebrando de Góis, 220 – Ribeira – Natal/RN - CEP: 59010-700

CNPJ/MF: 34.040.345/0001-90 * Inscrição Estadual 20.061.797-4

Fone (084) 4005-5301 / 4005.5302 – FAX (84) 4005-5320

E-mail: dpresidente@codern.com.br

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que as Atas das Reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia Docas do Rio Grande do Norte referentes ao Exercício de 2010 encontram-se à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Natal, 31 de dezembro de 2010.

MARIA DAS GRAÇAS VILAR DE QUEIROZ

Secretária de Órgãos Colegiados

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN

**Declaração da Unidade de Pessoal sobre
Apresentação da Declaração de Bens e Rendas**

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins das disposições contidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e demais normativos vigentes, que os ocupantes de cargo de confiança e os responsáveis pela Companhia estão em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens e rendas.

Natal/RN, 31 de dezembro de 2010.

Danielli Fernandes Trindade

Gerente Administrativo

Parecer da Auditoria Interna referente à
Prestação de Contas

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE-CODERN

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna da Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, cumprindo a atribuição estabelecida no Parágrafo 6º do Artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, com a alteração que lhe foi dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, apresenta opinião sobre a Prestação de Contas da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, exercício de 2010, em observância à Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, Decisão Normativa nº 107, de 01.09.2010 e Decisão Normativa nº 110, de 01.12.2010, do Tribunal de Contas da União, correspondente ao exercício de 2010.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas verificamos que o mesmo encontra-se devidamente constituído com os elementos de que tratam os normativos vigentes e representam de forma adequada as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no Processo.

Registra-se que a Prestação de Contas da CODERN, foi aprovada pelo Conselho de Administração, em sua 538ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de março de 2011, editando a Deliberação Nº 03/2011, consignando a aprovação do Relatório do Gestor, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Contábeis com base no Parecer da AUDIMEC- Auditores Independentes S/S e no Relatório de Auditoria Interna Nº 001/2011- Análise do Balanço Patrimonial e Demais Peças Contábeis.

No tocante ao Conselho Fiscal, o mesmo, emitiu parecer conforme registro em Ata da Reunião Ordinária Nº 446ª, datada de 25 de março de 2011, opinando que as Demonstrações Contábeis representam, adequadamente, a posição econômico-financeira da empresa, considerando as conclusões e ressalvas apresentadas no Parecer da Auditoria Externa, e os pontos relevantes apontados no Relatórios de Auditoria Interna Nº 001/2011, ambos identificados no parágrafo acima, estão em condições de serem submetidas à Assembléia Geral de Acionistas para aprovação.

2. CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE

Entendendo o controle interno como o conjunto de métodos e procedimentos adotados pela organização para assegurar a salvaguarda dos ativos,

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE-CODERN

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

promover a eficiência e aderência aos normativos internos e externos, a Gerência de Auditoria, nos diversos documentos produzidos, seja no exercício de 2010, seja em exercícios anteriores, sempre alertou a alta administração acerca das fragilidades dos controles internos da Companhia.

Essas fragilidades resultam da combinação de uma série de fatores organizacionais específicos da Companhia, dentre os quais podemos destacar:

- a necessidade de novos procedimentos normatizadores com vistas a definir a maneira mais adequada de realizar as atividades nos diversos setores da Companhia;
- necessidade de formalização de processos administrativos que facilitem o acompanhamento dos documentos, no âmbito da Companhia;
- extinguir a cultura do imprevisto e do informalismo nos procedimentos administrativos, sobretudo, para atendimento às solicitações dos órgãos externos;
- definir mais objetivamente funções e responsabilidades nas diversas instâncias da Companhia;

Com relação a fiscalização junto a Entidade Fechada de Previdência Complementar Patrocinada – PORTUS, a companhia não realizou, no exercício de 2010, ação de fiscalização em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Lei Complementar nº 108/2001.

3. REGULARIDADE NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

Em relação à formalização dos processos, constatamos que nos procedimentos de dispensa de licitação por valor, há uma evolução na formalização dos processos, principalmente, com aceitação, da exigência referente à pesquisa de mercado junto a três fornecedores e da comprovação da regularidade fiscal.

No decorrer do exercício de 2010, a CODERN-Sede realizou 28 processos licitatórios, sendo 22 pregões eletrônicos, 08 convites e 03 concorrências.

Registramos que, dos 22 pregões realizados, dois foram revogados 07 foram fracassados, 01 deserto, os outros, incluindo concorrências e convites, tiveram procedimentos licitatórios regulares.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE-CODERN

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Quanto aos atos relativos a dispensa de licitação, no exercício de 2010, foram formalizadas, no âmbito da Sede/Porto de Natal, 524 ADFs/ADSs(Autorização de Fornecimento/ Autorização de Serviço). Em relação a Gerência do Terminal Salineiro de Areia Branca foram editadas 1.133 ADFs/ADSs.

Registramos que as ADFs/ADSs formalizadas pela Gerência do Terminal Salineiro de Areia Branca são aquisições realizadas com fulcro no art. 24, incisos I e II da Lei 8.666/93.

As ADFs/ADSs emitidas pela Sede atendem as aquisições realizadas com base no art.24 como também as aquisições provenientes das diversas modalidades de licitações.

Quanto aos processos de aquisição formados com amparo no artigo 25 da Lei 8.666/93, inexigibilidade de licitação, no exercício de 2010 não houve compra nem contratação de serviço nessa modalidade.

4. GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A CODERN administra o Porto de Maceió, desde 1990, mediante Convênio, à época, com o Ministério dos Transportes, hoje com a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP.

O Convênio nº SEP/001/2008, firmado em 01/09/08, tendo como objeto o Apoio Técnico e Financeiro, para execução das obras de Construção do Cais de Contêineres do Porto de Maceió-AL, encerrado em 28.02.2011, época em que foi considerada, concluída a construção do Cais de Contêiner do Porto de Maceió. Formalizado, também, o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, Convênio nº SEP/009/2008, celebrado com o Governo Federal, através da Secretaria Especial de Portos e a Companhia Docas do Rio Grande do Norte, visando a implementação dos programas ambientais – PBAS, especificados na Portaria nº 348/2008 para realização do monitoramento ambiental da obra de dragagem de aprofundamento do Porto de Natal, continua em execução.

O acompanhamento da execução do Convênio e do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, é efetuado pelas unidades envolvidas e nos procedimentos de prestação de contas pela Gerência Financeira.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE-CODERN

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

5. DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Considerando as constatações presentes nos Relatórios de Auditorias, realizadas no exercício de 2010, expedidos 15 relatórios, com abordagem em Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Suprimentos, Bens e Serviços, Gestão Financeira.

Verifica-se que as recomendações descritas naqueles relatórios, contém sugestões para o aprimoramento dos controles internos, principalmente, quanto aos aspectos, relativos à fragilidade das rotinas administrativas e da deficiência na formalização de processos administrativos, estão sendo gradativamente adotados pela Companhia, carecendo celeridade na implantação das ações.

Em cotejo entre ações planejadas e as efetivamente executadas, a Auditoria Interna não conseguiu realizar em sua totalidade o então programado no Plano de Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT.

A insuficiência de recursos humanos, aliados a outros fatores, acarreta, por via de consequência, duas situações, dependendo da auditoria a ser realizada, a diminuição e/ou aumento do tempo disponível para execução de cada auditoria, incluindo as fases de planejamento, execução, análise as solicitações de auditoria e, por fim, elaboração do relatório. Pelo exposto, fica difícil a realização de um bom trabalho de auditoria, e é praticamente impossível o efetivo acompanhamento das atividades de controle praticadas internamente pela entidade, como também as realizadas fora de seu âmbito, pelos órgãos externos.

Quanto ao registro dos fatos os mesmos estão consubstanciados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN.

Em referência a atividades solicitadas pelos Órgãos Colegiados, o Conselho Fiscal solicitou auditoria no Plano de Cargos, Carreira e Salários da Companhia, que se encontra inadequado aos dias atuais.

O trabalho resultou na contratação de empresa para realização de estudo e apresentação de novo Plano de Cargos, Carreira e Salário com o propósito de melhorar a estrutura organizacional e conseqüentemente as questões funcionais existentes.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE-CODERN

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

6. DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Quanto às recomendações expedidas pela Ciset, consignadas no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão Nº 18/2010, referente ao exercício de 2010, no qual aponta duas constatações, a primeira diz respeito a falta de divulgação de informações relativas à execução orçamentária e financeira em sítio eletrônico na página “Transparência Pública”, a segunda reporta-se as constatações relativas ao Relatório de Fiscalização Nº 09/2010 realizado na Obra de ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca, os questionamentos foram objetos de justificativas e ações visando solucionar as inconsistências existentes.

As últimas justificativas foram apresentadas conforme Carta DP Nº 510 de 27 de dezembro de 2010, complementando às informações anteriormente fornecidas, aguarda-se pronunciamento da Secretaria de Controle Interno.

7. DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

As recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas da União, no exercício de 2010, foram apresentadas na ordem de Acórdãos, de forma geral, concluímos que a Companhia apresentou suas considerações buscando atender às determinações neles expedidas, sendo, no momento, objeto de avaliação por parte daquela Corte.

8. DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES E RECOMENDAÇÕES DOS CONSELHOS FISCAL E ADMINISTRAÇÃO

As decisões e recomendações dos Órgãos Colegiados são consignadas nas atas das reuniões, e são acompanhadas nas reuniões subsequentes verificando-se a regularização do solicitado pelos Conselheiros.

9. CONCLUSÃO

Em nossa opinião, a Prestação de Contas, relativa ao exercício de 2010, está em condições de ser submetida à apreciação do Órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União.

Natal, 08 de Abril de 2011.

REJANE MARIA MARINHO MAIA
Gerente de Auditoria Interna da CODERN